

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO**

BRUNA DE COSTA

**EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM EMPRESAS DE PEQUENO, MÉDIO E
ALTO POTENCIAL DE IMPACTAR O MEIO AMBIENTE**

Porto Alegre

2018

BRUNA DE COSTA

EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM EMPRESAS DE PEQUENO, MÉDIO E
ALTO POTENCIAL DE IMPACTAR O MEIO AMBIENTE

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Ernani Ott

Porto Alegre

2018

C837e Costa, Bruna de.
Evidenciação socioambiental em empresas de pequeno, médio e alto potencial de impactar o meio ambiente / Bruna de Costa. – 2018.
108 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2018.

"Orientador: Prof. Dr. Ernani Ott."

1. Responsabilidade socioambiental. 2. Evidenciação contábil. 3. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T 15). I. Título.

CDU 657

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

BRUNA DE COSTA

**EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM EMPRESAS DE PEQUENO, MÉDIO E
ALTO POTENCIAL DE IMPACTAR O MEIO AMBIENTE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 13 de março de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre André Feil – UNIVATES

Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer – UNISINOS

Prof. Dr. Cristiano M. Costa – UNISINOS

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre me incentivaram a seguir em frente e buscar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por ter me dado forças para enfrentar todos os obstáculos impostos durante esta caminhada.

A minha família, especialmente aos meus pais e minha irmã Antonella, por todo suporte, paciência e por nunca medirem esforços para me auxiliar nesta caminhada.

As minhas tias Alice, Leonice, Marilene e Odinete e a minha prima Thiane pelo apoio e incentivo durante esse período.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ernani Ott, pelo exemplo de mestre, pela dedicação, paciência, apoio e ensinamentos durante todo esse percurso. Muito obrigada por tudo!

Aos professores Carlos Alberto Diehl, Clea Macagnan, Clóvis Krombauer e Cristiano Costa pelos ensinamentos recebidos nas disciplinas.

As minhas colegas Jane e Tatiane, pessoas muito especiais, por toda a ajuda na realização das disciplinas e por tornar mais alegre este período.

Ao meu colega Jeferson Flores, pela sua disposição e auxílio no uso do *software* Sphinx na realização do meu trabalho.

Enfim, minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão de mais esta etapa em minha vida.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o comportamento da evidenciação socioambiental em empresas de pequeno, médio e alto potencial de impactar o meio ambiente, tendo por base o que estabelece a NBC T 15. A amostra foi constituída por 60 empresas de diferentes setores de atividade que foram divididas em 3 grupos, tendo por critério o potencial de impacto ambiental. Os dados foram obtidos nas divulgações realizadas pelas empresas em seus Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios da Administração referentes ao exercício de 2015. Os resultados apontam que os indicadores da categoria Recursos Humanos apresentaram maior grau de aderência ao estabelecido pela NBC T 15, com um percentual médio de aderência de 41,54%; seguido dos indicadores da categoria Meio Ambiente que apresentou um percentual de 40,62%; enquanto a adequação à categoria Ambiente Externo se situou em 39,86%. O estudo revelou que as empresas de médio potencial poluidor apresentaram um maior percentual de evidenciação de informações requeridas pela norma, seguidas pelas empresas de alto potencial poluidor. A maior parte das informações divulgadas são do tipo declarativas, com menor participação dos tipos de divulgação quantitativa não monetária, monetária e quantitativa não-monetária e monetária. Também se constatou que a média de divulgações efetuadas por empresas que possuem certificação ambiental foi significativamente superior em relação as que não a possuem, e a maior parte das empresas da amostra declarou possuir algum tipo de certificação socioambiental.

Palavras-Chave: Responsabilidade Socioambiental. Evidenciação Contábil. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T 15).

ABSTRACT

This research had as objective to analyse the behavior of socio-environmental disclosure in low, medium and high environmental impact companies, using as guide what is established in NBC T 15 (Brazilian Accounting Technical Norm 15). The sample was constituted by 60 companies from different activity sectors divided in three groups, using as assessment criteria the environmental impact potencial. The data collection was obtained in the disclosure promoted by the companies through their Sustainability Reports and Administration Reports from 2015 fiscal year. The results showed that the Human Resources category indicators presented a higher degree of adherence to the NBC T 15 standards, an average level of adherence of 41.54%, followed by the Environment category indicators presenting 40.62%, while the suitability level to the External Environment category was 39.86%. The study revealed that the medium pollution potential companies presented a bigger percentage of information disclosure required by the norms, followed by the high pollution potential companies. The majority of the reported information are the declarative type, with smaller participation of the disclosure types quantitative not monetary, monetary and quantitative non-monetary and monetary. It was also observed that the disclosure average done by environmental certified companies was substantially higher in relation to the companies without certification, and the majority of the companies in the sample declared to have some kind of socio-environmental certification.

Keyword: Socio-environmental Responsibility. Accounting Disclosure. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T 15).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos e resultados dos estudos realizados.....	34
Quadro 2 – Indicadores da Categoria Recursos Humanos.....	40
Quadro 3 – Indicadores da Categoria Ambiente Externo.....	41
Quadro 4 – Indicadores da Categoria Interação com o Meio Ambiente.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição da Amostra.....	38
Gráfico 2 – Relatórios de Sustentabilidade e da Administração publicados pelas empresas da amostra.....	44
Gráfico 3 – Mapa Fatorial da Categoria Recursos Humanos.....	74
Gráfico 4 – Mapa Fatorial da Categoria Ambiente Externo.....	75
Gráfico 5 – Mapa Fatorial da Categoria Meio Ambiente.....	77
Gráfico 6 – Mapa Fatorial da Categoria Recursos Humanos por setores.....	79
Gráfico 7 – Mapa Fatorial da Categoria Ambiente Externo por Setores.....	80
Gráfico 8 – Mapa Fatorial da Categoria Meio Ambiente por Setores.....	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aderência aos indicadores da categoria Recursos Humanos.....	46
Figura 2: Distribuição quantitativa das sentenças evidenciadas na categoria Recursos Humanos.....	50
Figura 3: Aderência aos indicadores da categoria Ambiente Externo...	54
Figura 4: Distribuição quantitativa das sentenças na categoria ambiente externo.....	58
Figura 5: Aderência aos indicadores da categoria Meio Ambiente.....	62
Figura 6: Distribuição quantitativa das sentenças na categoria Meio Ambiente..	66
Figura 7: Número de Empresas que possuem Certificação Ambiental.....	84
Figura 8: Sentenças na categoria Recursos Humanos divulgadas por empresas certificadas e não certificadas.....	85
Figura 9: Sentenças na categoria Ambiente Externo divulgadas por empresas certificadas e não certificadas.....	86
Figura 10: Sentenças na categoria Meio Ambiente divulgadas por empresas certificadas e não certificadas.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência dos tipos de evidenciação da categoria Recursos Humanos por fator de impacto.....	52
Tabela 2 – Frequência dos tipos de evidenciação da categoria Ambiente Externo por fator de Impacto.....	61
Tabela 3 – Frequência dos tipos de evidenciação da categoria Meio Ambiente por fator de Impacto.....	67
Tabela 4 – Resumo Geral do Nível de Aderência aos Indicadores da NBCT 15	68
Tabela 5 – Frequência dos tipos de evidenciação praticado pelas empresas....	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA	15
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	16
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1 TEORIA DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	18
2.2 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	19
2.3 LEI Nº 10.165/2000	21
2.4 EVIDENCIAÇÃO (<i>DISCLOSURE</i>)	22
2.4.1 Evidenciação Compulsória/Obrigatória	23
2.4.2 Evidenciação Voluntária	24
2.4.3 Evidenciação Socioambiental	27
2.5 NORMA BRASILEIRA TÉCNICA DE CONTABILIDADE NBC T 15	28
2.6 PESQUISAS REALIZADAS SOBRE EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	29
2.7 DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES	35
3 METODOLOGIA	37
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	37
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	37
3.3 COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	39
3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	41
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	43
4.1 EVIDENCIAÇÃO NOS RELATÓRIOS	43
4.2 ADERÊNCIA AOS INDICADORES DA CATEGORIA RECURSOS HUMANOS	44
Distribuição Quantitativa das Sentenças Divulgadas pelas Empresas na Categoria Recursos Humanos	48
4.3 ADERÊNCIA AOS INDICADORES DA CATEGORIA AMBIENTE EXTERNO	52
Distribuição Quantitativa das sentenças divulgadas pelas empresas na categoria Ambiente Externo	56

4.4 ADERÊNCIA AOS INDICADORES DA CATEGORIA MEIO AMBIENTE.....	60
Distribuição Quantitativa das sentenças divulgadas pelas empresas na categoria Meio Ambiente	64
4.5 RESUMO DA ADERÊNCIA AOS INDICADORES DA NBC T 15 APRESENTADO PELAS EMPRESAS DA AMOSTRA	67
4.6 RESUMO DO TIPO DE EVIDENCIAÇÃO PRATICADA PELAS EMPRESAS	69
4.7 MAPAS FATORIAIS DA EVIDENCIAÇÃO	71
4.7.1 Mapa Fatorial da Categoria Recursos Humanos por Fator de Impacto.....	72
4.7.2 Mapa Fatorial da Categoria Ambiente Externo por Fator de Impacto.....	73
4.7.3 Mapa Fatorial da Categoria Meio Ambiente por Fator de Impacto.....	75
4.7.4 Mapa Fatorial da Categoria Recursos Humanos por Setores	77
4.7.5 Mapa Fatorial da Categoria Ambiente Externo por Setores	79
4.7.6 Mapa Fatorial da Categoria Meio Ambiente por Setores	80
4.8 CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL	82
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	89
5.1 CONCLUSÃO.....	89
5.2 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	91
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE A – SETORES, DESCRIÇÃO E POTENCIAL POLUIDOR (LEI Nº. 10.165/2000)	99
APÊNDICE B- DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS ADOTADAS NA PESQUISA.....	101
APÊNDICE C - EVIDENCIAÇÃO POR SETORES DE ATIVIDADE POR CATEGORIA.....	103
APÊNDICE D- ADEQUAÇÃO POR EMPRESA	106

1 INTRODUÇÃO

Nesse capítulo apresenta-se a contextualização do tema, o problema de pesquisa, os objetivos, a delimitação do tema, a justificativa do estudo e a estrutura da dissertação.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA

O desenvolvimento econômico sem critérios sustentáveis é um importante elemento de impactos ambientais de diferentes proporções. Em tempos mais recentes e com a criação de diversos órgãos preocupados com que a utilização dos recursos naturais se dê de forma adequada, aliados a crescente conscientização da sociedade, que espera que as organizações desempenhem suas atividades de forma responsável, tem sido empreendido um esforço maior por parte das mesmas em promover e divulgar as ações que desenvolvem no âmbito de sua responsabilidade socioambiental (CALIXTO, 2007). Pombo e Magrini (2008) argumentam que cada vez mais as entidades estão sendo pressionadas a demonstrar um gerenciamento adequado nos âmbitos ambiental, social e econômico.

Além disso, a busca pela aprovação dos *stakeholders* faz com que as empresas procurem manter um relacionamento transparente, melhorando sua imagem junto a eles. Nesse sentido, a evidenciação de informações socioambientais funciona como uma estratégia para o reconhecimento das boas práticas desenvolvidas pelas companhias (BEUREN *et al.*, 2010).

Costa e Marion (2007) nessa linha, argumentam que o mercado ao perceber que as agressões por parte das empresas poderiam comprometer o futuro de seus investimentos, passou a selecionar empresas comprometidas com a preservação, manutenção e recuperação do meio ambiente.

Dessa forma, há um entendimento de que a empresa precisa demonstrar que está conduzindo suas operações, além do ponto de vista econômico e mercadológico, com preocupação social e ambiental. Essa comunicação entre empresa e sociedade auxilia no fortalecimento da sua imagem institucional, elevando sua participação no mercado, atraindo melhores funcionários,

fornecedores e maiores volumes de investimentos. Além do mais, estimula outras organizações pertencentes ao mesmo sistema a comportar-se dessa forma, dando origem a um ciclo positivo e crescente, que busca a eliminação das diferenças sociais e da degradação urbana e ambiental (VIEIRA; FARIA, 2007).

A adaptação das empresas às práticas socioambientais demandadas por diferentes grupos sociais, como fornecedores, clientes, parceiros sociais, governo e da sociedade de um modo geral provoca reflexos na gestão, bem como no modo como estas divulgam a sua interação com o meio ambiente (ROVER, 2009).

Além do mais, acredita-se que há um maior grau de preocupação por parte das entidades que são responsáveis por gerar um maior impacto no ambiente em que atuam, e acredita-se que por isso há uma tendência maior delas gerarem uma maior quantidade de informações desse tipo. Sampaio *et al.* (2012) mencionam que principalmente as organizações que são percebidas pela sociedade como detentoras de um maior potencial de interferir negativamente no ambiente, tem praticado um maior volume de *disclosure* de informações dessa natureza.

Com o intuito de orientar as empresas a demonstrar à sociedade a sua responsabilidade socioambiental, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.003/04 aprovou a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, que estabelece procedimentos acerca da evidenciação de informações dessa natureza.

Estudos como de Ott e Lindstaedt (2007); Calixto (2007); Rover, Borba e Murcia (2009); Domingos (2010); Morisue, Ribeiro e Penteado (2012); Burgwal e Vieira (2014) e Pletsch *et al.* (2015), entre outros, exploraram esta temática sob vários ângulos, servindo de estímulo para prosseguir com pesquisas que tenham como objetivo estabelecer comparativos com os resultados obtidos e investigar aspectos ainda não abordados nas mesmas.

Nesse contexto, o presente estudo busca responder o seguinte questionamento: qual o comportamento da evidenciação socioambiental em empresas de pequeno, médio e alto potencial de impactar o meio ambiente?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o comportamento da evidenciação socioambiental em empresas de pequeno, médio e alto potencial de impactar o meio ambiente.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) identificar os elementos divulgados pelas empresas tendo por base a NBC T - 15;
- b) mensurar a evidenciação praticada por empresas de pequeno, médio e alto potencial de impactar o meio ambiente.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Segundo Rover (2009), em função das transformações ocorridas no mercado e na sociedade de um modo geral, tem-se percebido uma maior preocupação por *disclosure*, *accountability*, boas práticas de governança corporativa e comportamento ético por parte das empresas, principalmente em relação a informações de caráter socioambiental.

Desse modo, espera-se não apenas que as empresas atuem de forma responsável no âmbito social e ambiental, mas que tornem isso público, através da evidenciação de informações das ações e procedimentos que desenvolvem nesse sentido, pois diante de uma nova relação entre empresas e sociedade, onde estão incluídos todos os *stakeholders*, faz-se necessária maior transparência e clareza nas informações por elas prestadas (FARIA; PEREIRA, 2009).

A segregação das informações é necessária, pois possibilita uma maior ênfase no acompanhamento dos resultados entre períodos e entre empresas, proporcionando informações de maior qualidade para o processo decisório (COSTA; MARION, 2007).

Nesse campo de estudo, observa-se que os temas que envolvem a evidência socioambiental podem ter várias abordagens, porém para essa pesquisa foi considerado o estabelecido pela Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15, verificando-se o grau de aderência das empresas que desenvolvem atividades com diferentes potenciais de impactar o meio ambiente.

Foram objeto de estudo as empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa que desenvolvem atividades consideradas pela Lei 10.165/2000 como de pequeno, médio e alto potencial de impactar o meio ambiente, considerando-se as evidências realizadas no ano de 2015.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

São cada vez maiores as expectativas dos *stakeholders*, especialmente dos investidores, em relação à transparência das informações, e os debates acirrados sobre essas questões ocorridos nos últimos anos, tem levado ao público a necessidade de informações que possibilitem a avaliação do nível de responsabilidade e do risco ambiental a que as companhias estão sujeitas (NOSSA, 2002). Nesse sentido, Cavalcanti, Almeida e Limeira (2009) mencionam que cada vez mais as companhias estão buscando se adequar as exigências de seus *stakeholders*, tais como clientes, fornecedores, governo, acionistas, comunidade, entre outros.

Para Beuren *et al.* (2010) quando as companhias disponibilizam informações verídicas e transparentes, tornam-se relevantes e diferenciadas das demais presentes no mercado, transmitem segurança e impulsionam investimentos com menor grau de risco, com sustentabilidade e probabilidade de maior valorização e competitividade, garantindo a permanência e a sobrevivência no mercado competitivo.

Dessa forma, no Brasil foi dado um importante passo quando por meio da Resolução nº 1.003 de 19 de agosto de 2004, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, que passou a vigorar desde 01 de janeiro de 2006. Segundo a resolução, podem ser entendidas como informações de natureza social e

ambiental: a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente.

Diante do exposto, destaca-se a relevância do presente estudo, guiado pela Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15, que normatiza os procedimentos para evidenciação de informações de natureza socioambiental e que teve como objeto empresas classificadas de acordo com a Lei 10.165/2000 como desenvolvendo atividades consideradas de pequeno, médio e alto impacto ambiental, uma vez que não foi encontrado estudo que fizesse uma abordagem analisando os fatores que determinam a evidenciação nesses diferentes níveis de potencial de impactar o meio ambiente.

Além disso, os estudos realizados anteriormente que abordaram o tema da evidenciação socioambiental apresentam discrepâncias nos resultados influenciados por diversos fatores, tais como tamanho da companhia, setor de atuação, localização geográfica, rentabilidade, entre outros. Desse modo, justifica-se esse estudo pelas divergências que as empresas de diferentes setores e com diferentes níveis de potencial de impactar o meio ambiente podem apresentar, buscando nesse aspecto complementar estudos já anteriormente realizados.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. Inicia com a introdução contemplando uma contextualização do tema, o problema de pesquisa, os objetivos, a delimitação do tema e a justificativa do estudo. No segundo capítulo se apresenta a revisão de literatura relacionada com o tema em estudo. No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa; no quarto capítulo tem-se a apresentação e análise dos dados da pesquisa; no quinto capítulo consta a conclusão do estudo e recomendações para estudos futuros, seguido das referências e apêndices.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesse capítulo são abordados os tópicos relacionados com a pesquisa desenvolvida, a saber: teoria dos *stakeholders*; Norma Brasileira Técnica de Contabilidade – NBCT 15; Lei 10.165/2000; características qualitativas da informação contábil; evidenciação (*disclosure*) e pesquisas realizadas sobre evidenciação socioambiental. Por último, tem-se o desenvolvimento das hipóteses.

2.1 TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

Um dos benefícios que a evidenciação traz s empresas é a confiança dos *stakeholders*, e mesmo que ela gere custos pesados, que variam de país para país, os benefícios obtidos não podem ser desconsiderados (GRAY; BEBBINGTON, 2001).

Silveira, Yoshinaga e Borba (2005) mencionam que a *Teoria dos Stakeholders* defende que as decisões sejam tomadas a fim de equilibrar e satisfazer os interesses de todos os públicos envolvidos com a corporação. Do ponto de vista desta teoria a empresa deve assumir múltiplos objetivos e não apenas a função-objetivo de maximizar a riqueza do acionista (REZENDE; NUNES; PORTELLA, 2008).

Os mesmos autores relatam que a argumentação central da teoria dos *stakeholders* é a de que os administradores devem também tomar decisões levando em consideração os interesses de todos os grupos envolvidos, que são os *stakeholders* primários (acionistas e credores) e secundários (comunidades, funcionários, fornecedores, entre outros), ou seja, todos os indivíduos ou grupos que, substancialmente, possam afetar ou ser afetados pelas decisões da empresa.

Para a sua sobrevivência, as empresas devem traçar metas para suas relações com os *stakeholders* atuais e em potencial, como parte de um processo estratégico contínuo da administração, e essas metas devem considerar o impacto potencial dos *stakeholders* nas unidades estratégicas corporativas e de negócios (LYRA; GOMES; JACOVINE, 2009). No mesmo sentido, Donaldson e Preston (1995) acreditam que melhores práticas adotadas em relação aos *stakeholders* colaboram para aumentar o desempenho da empresa.

Na concepção de Rover (2009) a Teoria dos *Stakeholders* considera que a longevidade das empresas depende do suporte e da aprovação dos *stakeholders*. Assim, no entendimento da autora as atividades de uma organização seriam condicionadas a partir da aprovação dos *stakeholders*, e o *disclosure* ambiental, por exemplo, funciona como um canal de comunicação entre eles. O nível de evidenciação ambiental é determinado pela estratégia das empresas diante de seus *stakeholders*, e quanto mais ativa for esta política, maior ele será.

Pelo interesse direto e indireto que possui na tomada de decisões no âmbito empresarial, o *stakeholder* pode ser um indivíduo, como um empregado do nível operacional, ou um grupo de indivíduos, representado por uma pessoa jurídica, como, por exemplo, uma associação de moradores no entorno de uma entidade.

Nos dias atuais, questões importantes vêm sendo consideradas pelas organizações, como a sobrevivência e a longevidade. Baseado nisso, Machado Jr. (2011) ressalta que a sobrevivência e/ou a longevidade estão relacionadas ao sucesso da companhia. Freeman e Mc Vea (2010) acreditam que a gestão deve agir de modo que atenda às necessidades dos acionistas, empregados, fornecedores, clientes, financiadores e sociedade, pois deste modo estaria assegurando o sucesso e a longevidade da empresa.

Para Morisue, Ribeiro e Penteado (2012) a pressão dos *stakeholders* faz com que as empresas busquem uma maior transparência na divulgação das informações, assim, além de relatar aspectos econômicos, passaram a relatar ações associadas à sua atuação na sociedade e relacionadas ao meio-ambiente através de Relatórios de Sustentabilidade. Os autores constataram que em função de diversos fatores, a publicação deste documento tem sido cada vez mais frequente, porém, quanto a qualidade da informação, os relatórios apresentam variados níveis de profundidade.

2.2 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Segundo o CPC 00 R1 (2011) são consideradas características qualitativas fundamentais a relevância e a representação fidedigna. Uma informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer a diferença nas decisões que serão tomadas pelos usuários. No que se refere a representação fidedigna, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alerta que para a representação ser

perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ser completa, neutra e livre de erro, embora a perfeição dificilmente seja alcançada.

Além dessas, há também outras características capazes de melhorar a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade, segundo o CPC 00 R1 (2011), como comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

A comparabilidade é definida pelo CPC 00 R1 (2011, p.20) como “a característica qualitativa que permite que usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles”. A norma ainda ressalta que a comparação exige no mínimo dois itens.

A verificabilidade permite assegurar aos usuários que a informação representa de forma fidedigna o fenômeno econômico que se pretende representar; já a tempestividade indica que a informação deve estar disponível aos seus usuários a tempo de poder influenciá-los em suas decisões, considerando-se que normalmente a informação mais antiga tem menos utilidade (CPC 00 R1, 2011).

Por fim, em relação a compreensibilidade o CPC 00 R1 (2011, p. 20) esclarece que “classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível”. Determinados fenômenos são complexos e difíceis de serem compreendidos, entretanto a exclusão nas demonstrações contábeis de informações relativas a esses fenômenos as tornariam incompletas e potencialmente distorcidas.

Kothari, Li e Short (2009) afirmam que a assimetria de informação e seus consequentes conflitos entre gestores, investidores externos e intermediários provoca um aumento na demanda por relatórios financeiros e *disclosure*. Segundo os autores, um bom ambiente de divulgação, aliado a baixa assimetria de informações pode trazer muitas consequências positivas. Além disso, há uma relação, especialmente no que se refere a divulgação obrigatória, entre o conteúdo da informação com o ambiente do mercado de capitais, onde o *disclosure* favorável contribui para a redução do custo de capital, volatilidade de retorno das ações e as divergências nas previsões dos analistas.

Nesse sentido, Umpierre e Ott (2010) descrevem que o conjunto de informações obrigatórias e voluntárias reveladas pela contabilidade, pode minimizar os problemas de agência entre os gestores e acionistas, tendo em vista que auxilia na redução da assimetria informacional, e essa redução de assimetria se deve ao

maior volume e a qualidade das informações divulgadas pelas empresas, permitindo aos investidores uma maior segurança nas decisões que envolvem investimentos em ações.

No entendimento de Ludícibus (2015) as formas de evidenciação variam, mas a essência é sempre a mesma, isto é, apresentar informações quantitativas e qualitativas de modo ordenado, afim de proporcionar uma base adequada de informações ao usuário, deixando ficar o menos possível fora das demonstrações formais. Para o autor, ocultar informações ou apresentá-las de maneira excessivamente resumida é tão prejudicial quanto fornecer informações em demasia.

2.3 LEI Nº 10.165/2000

A Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, altera a Lei nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, dando outras providências.

O Art. 17-B desta Lei instituiu a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para controle e fiscalização das atividades que são consideradas potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais. São obrigadas ao recolhimento dessa taxa as empresas que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras e que utilizam recursos naturais renováveis. O valor referente ao pagamento da taxa varia para cada empresa, devendo ser observado o Art. 17-D dessa Lei. Nesse artigo consta que as empresas podem ser enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte; empresa de médio porte e empresas de grande porte.

O anexo VIII da referida Lei define o potencial de poluição (PP) e o grau de utilização (GU) dos recursos naturais de cada uma das atividades sujeitas à fiscalização, dividindo-as em setores e classificando-as em pequeno, médio e alto potencial de impacto ambiental.

São consideradas atividades de alto potencial poluidor as atividades de extração e tratamento de minerais; a indústria metalúrgica; indústria de couro e peles; indústria química; serviços de transporte de cargas perigosas, transporte por

dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos, depósitos de produtos químicos e produtos perigosos, comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos.

As atividades tidas como de médio potencial poluidor conforme a Lei 10.165/2.000 envolve a indústria de minerais não metálicos; indústria mecânica; indústria de material elétrico, eletrônico e comunicações; indústria de material de transporte; indústria de madeira; indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos; indústria de fumo; indústria de produtos alimentares e bebidas; serviços de utilidade pública; e atividades que utilizem recursos naturais.

As atividades de pequeno potencial poluidor são as desenvolvidas por indústrias de produtos de matéria plástica; indústrias diversas, como as que produzem concreto e asfalto; indústria de borracha; e atividades de turismo.

O setor e a descrição completa das atividades, acompanhadas de seu potencial poluidor estão apresentadas no Apêndice A.

2.4 EVIDENCIAÇÃO (*DISCLOSURE*)

A evidenciação pode ser entendida como sendo a informação contábil qualitativa e/ou quantitativa que a empresa divulga por meio de canais formais ou informais, visando fornecer dados úteis para auxiliar os usuários no processo decisório (YAMAMOTO; SALOTTI, 2005).

Conforme Tinoco e Kraemer (2011) a evidenciação tem por objetivo divulgar informações sobre o desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais (*stakeholders*), levando em conta que as demonstrações contábeis e as demais formas de evidenciação não devem ser enganosas.

Hendriksen e Van Breda (2012) argumentam que existem três níveis para a classificação da evidenciação: adequada, justa e completa (plena). A evidenciação adequada pressupõe um volume mínimo de divulgação compatível com o objetivo de evitar que as demonstrações sejam enganosas. A evidenciação justa subentende um objetivo ético de tratamento equitativo de todos os usuários em potencial, enquanto que a divulgação completa apresenta todas as informações relevantes.

Iudícibus (2015) afirma que na verdade não existe diferença efetiva entre os três conceitos, e apesar de terem sido utilizados com significados distintos, toda a informação prestada ao usuário precisa ser, simultaneamente, adequada, justa e plena, pelo menos no que se referir ao detalhe que está sendo evidenciado. Para ele, o sentido da evidenciação é de que a informação que não for relevante deverá ser omitida, para que as demonstrações contábeis se tornem significativas e possíveis de serem entendidas plenamente.

Hendriksen e Van Breda (2012) informam que para o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) a divulgação deve fornecer informações úteis à tomada de decisões racionais sobre investimentos, concessão de créditos e outras semelhantes, por credores e investidores, tanto os atuais quanto os futuros, além de outros usuários. Por outros usuários podem ser entendidos os clientes, funcionários, órgãos do governo e o público em geral (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2012).

As principais formas de evidenciação utilizadas pelas entidades são a forma e disposição dos demonstrativos contábeis, informações entre parênteses, notas explicativas, quadros e demonstrativos suplementares, comentários do auditor e relatório do conselho da administração e da diretoria (TINOCO; KRAEMER, 2011).

2.4.1 Evidenciação Compulsória/Obrigatória

Rover (2012) menciona que a evidenciação obrigatória é aquela que é regulada e obriga as empresas a divulgarem determinadas informações. O Pronunciamento Técnico CPC 26, elaborado a partir do IAS 1 e emitido em 02 de dezembro de 2011, estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a estrutura e requisitos mínimos para o seu conteúdo. De acordo com o item 10 do CPC 26, as entidades estão sujeitas a evidenciação obrigatória das seguintes demonstrações contábeis:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b1) demonstração do resultado do período;
- (b2) demonstração do resultado abrangente do período;
- (c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- (d) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (e) notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;

- (e1) informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 38A;
- (f) balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplicar uma política contábil retrospectivamente ou proceder a reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou quando proceder à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis de acordo com os itens 40A a 40D; e
- (f1) demonstração do valor adicionado do período, conforme Pronunciamento Técnico CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.

Além destas, outro importante documento que deve ser evidenciado é o Relatório da Administração, bem como o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e os demais documentos pertinentes (Art. 133 da Lei 6.404/76). No entendimento de Beuren e Gallon (2006), o Relatório da Administração deve evidenciar um conjunto de informações adicionais, buscando complementar as demonstrações contábeis das empresas e auxiliar o processo decisório.

2.4.2 Evidenciação Voluntária

São consideradas informações voluntárias aquelas que não estão incluídas no escopo das informações obrigatórias que devem ser divulgadas pelas companhias, e essas informações voluntárias são divulgadas com o intuito de apresentar maior transparência ao mercado e, por consequência, aos analistas e investidores (UMPIERRE; OTT, 2010).

A garantia da qualidade das informações evidenciadas pelas empresas é uma preocupação permanente dos órgãos normatizadores, que definem as informações que devem ser apresentadas nos relatórios empresariais. Porém, além dos itens obrigatórios, as empresas geralmente disponibilizam voluntariamente outro conjunto de informações também de grande utilidade, a fim de subsidiar as decisões dos usuários. Rover (2012) argumenta que a evidenciação de informações sociais e ambientais se enquadra nesse caso.

A divulgação voluntária se configura como uma evidenciação espontânea ou proativa por parte das empresas, onde elas buscam satisfazer as necessidades informacionais dos seus usuários, especialmente os investidores (ROVER, 2012).

No entendimento de Nossa (2002) um dos fatores que levam a empresa a evidenciar suas informações ambientais voluntariamente é a pressão sofrida por parte dos *stakeholders*, em especial se a empresa atuar em alguma atividade potencialmente poluidora. Outra influência pode vir dos próprios concorrentes da companhia, que ao perceberem que seu competidor está emitindo relatório ambiental, decidem evidenciar suas informações temendo que, se não o fizerem, isso se torne uma desvantagem competitiva frente aos *stakeholders*.

A necessidade cada vez mais crescente da divulgação de informações voluntárias é tida como um importante instrumento de comunicação estratégica, e passam uma imagem verdadeira e apropriada da empresa com suas partes interessadas (DOMINGOS, 2009).

Dye (2001) acredita que qualquer entidade que esteja planejando fazer uma divulgação, irá optar por fazer uma divulgação que lhe seja favorável. Além disso, o autor acredita que o *disclosure* voluntário só acontece quando há mais benefícios do que custos para a empresa. Hackston e Milne (1996) constataram isso em uma pesquisa na qual observaram que a maioria das informações divulgadas pelas companhias estudadas eram de caráter positivo.

No mesmo sentido, Verrecchia (2001) afirma que os gestores das empresas são influenciados por incentivos econômicos na decisão de divulgar ou não uma informação voluntária, pois os interessados nessas informações são os usuários externos das demonstrações contábeis. Desse modo, as empresas tendem a apresentar nos seus relatórios informações que contribuam para melhorar a sua imagem corporativa e tendem a ocultar informações que não sejam favoráveis e que possam comprometer sua legitimidade diante do público (DEEGAN; RANKIN, 1996).

Murcia *et al.* (2009) mencionam que não há consenso relacionado aos benefícios gerados pela divulgação voluntária de informações ambientais. Algumas pesquisas indicaram que pode haver uma relação entre ser ambientalmente responsável com a maximização do valor da firma, porém outras pesquisas não verificaram tal associação.

A evidenciação favorece a redução de assimetria informacional, pois torna homogêneas as informações entre os diversos investidores, e a informação que anteriormente era privada, ou seja, apenas de posse de controladores ou de investidores que possuíam informações privilegiadas, agora passa a ser de domínio público, diminuindo o grau de incerteza dos investidores quanto aos resultados

futuros da empresa. Assim, o *disclosure* voluntário, além de gerar benefícios para as próprias empresas, também contribui para a alocação mais eficiente de recursos no mercado de capitais (ROVER, 2012).

Ponte e Oliveira (2004) já ressaltavam que as informações divulgadas nas demonstrações contábeis tradicionais não mais eram suficientes para atender as necessidades dos usuários, tornando-se indispensável a evidenciação de informações complementares através de Notas Explicativas e do Relatório da Administração.

O Relatório da Administração, de acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, deve ser publicado juntamente com as demonstrações contábeis tradicionais no encerramento do exercício social, devendo conter as seguintes informações: aquisição de debêntures de sua própria emissão (art. 55, § 2º); política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas (art. 118, § 5º); negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício (art. 133, inciso I); relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício (art. 243).

Em complemento, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu o Parecer de Orientação CVM 15/87 recomendando às companhias abertas a divulgação no Relatório da Administração de informações relacionadas com descrição dos negócios, produtos e serviços; comentários sobre a conjuntura econômica geral; recursos humanos; investimentos; pesquisa e desenvolvimento; novos produtos e serviços; proteção ao meio-ambiente etc. Nesse sentido, a publicação no Relatório da Administração dessas informações assume caráter de voluntariedade.

Outro meio utilizado pelas empresas na divulgação de informações é o Relatório de Sustentabilidade, também denominado de Relatório Socioambiental. As empresas elaboram este documento voluntariamente e nele são contempladas meio ambiente, bem como informações relacionadas ao desempenho econômico e financeiro.

Para Tinoco e Kraemer (2011) os relatórios socioambientais são meios utilizados pelas empresas para descrever e divulgar seu desempenho ambiental, envolvendo, de forma genérica, o fornecimento de dados, auditados ou não, referentes aos eventos e impactos das atividades da empresa no meio ambiente e que compreendem, riscos, impactos, políticas, estratégias, alvos, custos, despesas,

receitas, passivos, ou qualquer outra informação relevante, para todos os interessados neste tipo de informação, parceiros sociais, permitindo a eles o entendimento do seu relacionamento com a empresa reportada.

2.4.3 Evidenciação Socioambiental

Com o agravamento dos problemas ambientais, as legislações ambientais e a conscientização da sociedade com relação às responsabilidades das empresas na preservação do meio-ambiente, têm ampliado as exigências referentes à transparência e transformado o seu papel na sociedade atual, em conformidade com essa responsabilidade (OTT; LINSTAEDT, 2007).

A contabilidade já tem definidos os instrumentos necessários e suficientes para a demonstração dos fatos relacionados com a empresa, e isso não é diferente em relação aos fatos ambientais (CARVALHO, 2008).

Para Carvalho (2008, p. 113) “a decisão de registrar os fatos contábeis relacionados ao meio ambiente não tem sido tomada unicamente pela entidade. Forças externas a esta têm levado a identificar, mensurar, registrar e evidenciar essas relações”. Além disso, o autor constata que as informações prestadas pelos concorrentes têm feito com que as demais empresas realizem e evidenciem ações na área ambiental e que a sociedade tem reclamado uma postura ambientalmente correta de alguns segmentos corporativos, associando isso a seus produtos.

A evidenciação de informações dessa natureza tem ocorrido mais efetivamente em alguns setores das atividades econômicas, em função de fatores como a forma de organização desses empreendimentos (geralmente grandes corporações) e o ramo da atividade com maior potencial de poluição, como as áreas petroquímica, papel e celulose, química e extrativismo mineral (CARVALHO, 2008).

Variáveis como tamanho da empresa e visibilidade na mídia aparentam estar positivamente associadas ao volume de evidenciação ambiental. Nota-se também que a evidenciação de informações ambientais varia de acordo com o país e o setor da economia (MURCIA *et al.*, 2009).

No entendimento de Beuren *et al.* (2010) tem se tornado um desafio para as empresas decidir quantas e quais são as informações socioambientais que devem

ser disponibilizadas ao público, diante de uma sociedade questionadora sobre as questões ambientais e sociais ligadas direta e indiretamente com os seus negócios.

Gray e Bebbington (2001) acreditam que a cultura organizacional das empresas é um dos fatores que mais afetam o nível de evidenciação nos relatórios. Nesse sentido, Ribeiro (2010) ressalta que na última década ocorreram mudanças importantes no comportamento empresarial, fazendo com que nos relatórios anuais fossem divulgadas mais informações, ainda que limitadas às de natureza qualitativa. Outro motivo que provocou o aumento dessas informações foi a preocupação com a imagem da empresa e de seus produtos ou serviços, o que ocasionou gastos para promover ações neste âmbito.

Ferreira *et al.* (2012) revelam que a evidenciação de informações ambientais está em consonância com os princípios de responsabilidade social corporativa, que entre outras coisas prega a ética na condução dos negócios, a transparência no relacionamento com os *stakeholders* e o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável.

A preocupação com o conflito entre crescimento econômico e preservação ambiental é percebida no âmbito internacional desde a década de 1950, quando surgiram e se desenvolveram movimentos sociais e pesquisas científicas ligadas ao meio ambiente, fazendo com que a visibilidade e o conhecimento sobre o tema aumentassem. As empresas também passaram a notar a necessidade de se enquadrarem em determinados padrões ambientais devido a mudança de comportamento dos *stakeholders* (MARTÍNEZ, 1998).

Contudo, há uma tendência de se ter uma maior divulgação ambiental quando existem leis mais rigorosas ou então quando há pressão por parte da sociedade (FERREIRA *et al.*, 2012).

2.5 NORMA BRASILEIRA TÉCNICA DE CONTABILIDADE NBC T 15

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 19 de agosto de 2004, através da Resolução nº 1.003/04 aprovou a NBC T 15- Informações de Natureza Social e Ambiental, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2006 de forma obrigatória, sendo que o CFC recomendou sua adoção antecipada voluntária. Essa norma “estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza

social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade” (RESOLUÇÃO CFC 1.003, 2004).

De acordo com a NBC T 15 (CFC, 2004) as informações a serem divulgadas são relativas a: Geração e Distribuição de Riqueza, que deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado; Recursos Humanos, onde deve constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade; Interação da Entidade com o Ambiente Externo e a Interação da Entidade com o Meio Ambiente. A norma também determina que para fins de comparação, a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

Costa e Marion (2007) afirmam que a norma NBC T 15 assume caráter complementar às demonstrações contábeis, utilizando informações contábeis e não-contábeis, e a responsabilidade técnica é de um contabilista devidamente registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), compartilhada com especialistas quando se tratar de informações provenientes de fontes não-contábeis.

A norma determina que tais informações, quando divulgadas, devem ser entendidas como complementares às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas. Mesmo que a entidade divulgue essas informações nas notas explicativas ou no relatório da administração, ela precisa divulgá-las também em outro demonstrativo complementar denominado Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (BEUREN *et al.*, 2010).

Nas disposições finais da norma, é ressaltado que as informações contábeis presentes na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental são de responsabilidade técnica do contabilista. Também devem ser indicadas aquelas informações cujos dados são provenientes de fontes não-contábeis e a responsabilidade por estas pode ser compartilhada com especialistas.

2.6 PESQUISAS REALIZADAS SOBRE EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Ott e Lindstaedt (2007) investigaram os aspectos convergentes e divergentes entre as normas e recomendações de evidenciação de informações de natureza ambiental emitidas no âmbito norte-americano e brasileiro, em relação ao modelo de

disclosure ambiental proposto internacionalmente pelo ISAR/UNCTAD, que foi tomado como parâmetro, considerando a amplitude do detalhamento de suas recomendações de *disclosure* ambiental nas demonstrações contábeis, nas notas explicativas, em relatório ambiental e das evidenciações específicas nos relatórios da presidência, da administração e financeiro/operacional.

De acordo com os autores, as normas norte-americanas emitidas pela SEC, FASB e AICPA, apresentaram uma exigência de *disclosure* nos relatórios anuais limitada à divulgação de informações sobre fatos que possam impactar na situação econômico-financeira das companhias, focando principalmente na proteção do investidor e não contemplam informações mais abrangentes sobre a sustentabilidade ambiental empresarial, como no modelo proposto pelo ISAR/UNCTAD.

Os autores constataram que no Brasil a legislação societária não determina *disclosure* ambiental nos relatórios anuais e as normas emitidas pelo CFC e pelo IBRACON apresentam um nível de detalhamento bastante inferior ao recomendado pelo ISAR/UNCTAD, sendo necessárias amplas melhorias para que o padrão internacional seja atingido.

Calixto (2007) examinou informações ambientais divulgadas por uma amostra de 80 companhias de capital aberto de 17 setores estabelecidos no Brasil, no período de 1997 a 2005, utilizando a técnica de análise de conteúdo dos relatórios contábeis divulgados pelas companhias. A análise setorial identificou profundas diferenças entre setores e entre empresas, algumas companhias divulgaram muitas, enquanto que outras nada divulgaram sobre o tema estudado durante o período de análise. Por isso a autora acredita que a percepção da importância do meio ambiente varia entre os gestores, caracterizando-se em um problema cultural. Embora não haja um padrão para a divulgação deste tipo de informação, ela ocorre voluntariamente, de forma crescente, porém, não necessariamente de forma constante e com diferenças entre setores e empresas.

Rover, Borba e Murcia (2009) identificaram as características do *disclosure* ambiental voluntário de empresas brasileiras. Analisaram Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e os Relatórios de Sustentabilidade (RS) em empresas abertas com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), pertencentes a setores de alto impacto ambiental, nos anos de 2005 a 2007. Foram analisadas características com base em análise de conteúdo,

compreendendo a classificação de evidência, o tipo de notícia, a referência temporal e a localização da informação. Os resultados mostraram que a maior parte da evidênciação é declarativa, do tipo positiva e com referência temporal não especificada. Os autores concluíram que as empresas divulgam voluntariamente poucas informações negativas sobre suas práticas ambientais.

Para analisar a evolução da divulgação voluntária de informações das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, no triênio 2006-2008, Domingos (2010) desenvolveu um estudo através da análise dos relatórios, contas anuais e relatórios de sustentabilidade de 53 empresas. Os resultados indicaram que a divulgação voluntária dessas empresas ainda é reduzida nas áreas ambiental e social, embora tenha havido uma evolução positiva nos três anos estudados. Quanto aos fatores determinantes, o autor constatou que a dimensão da empresa contribui para a divulgação de informação e a rentabilidade não é um fator influenciador.

Morisue, Ribeiro e Penteado (2012) analisaram a evolução nos Relatórios de Sustentabilidade do grau de aderência plena e do grau de evidênciação efetiva aos indicadores de desempenho econômico, ambiental e social, estabelecidos no modelo "G3" das Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI), de empresas brasileiras do setor de energia elétrica, no período de 2006 a 2009. As principais conclusões mostram que houve evolução no grau de aderência plena e no grau de evidênciação efetiva aos indicadores de desempenho no período, todavia as empresas apresentaram diferentes níveis de conformidade com as Diretrizes da GRI e de evidênciação das informações.

Albertini (2014) realizou uma análise de conteúdo dos relatórios anuais das 55 maiores empresas industriais francesas. O autor descreveu a divulgação ambiental em relação às diferentes estratégias implementadas pelas empresas ao longo de um período de 6 anos. Os resultados revelaram que a divulgação ambiental se torna cada vez mais técnica e precisa para todas as empresas. As inovações ambientais são apresentadas como um meio de aumentar a eficiência e de obter uma vantagem competitiva no mercado verde de produtos. Além disso, os resultados indicaram que a situação econômica influencia significativamente a forma como as questões ambientais são tratadas.

Burgwal e Vieira (2014) realizaram um estudo para identificar as variáveis que têm impacto significativo no nível das práticas de divulgação ambiental adotadas por

companhias abertas holandesas. Para testar o nível de divulgação ambiental, utilizaram um quadro de análise de conteúdo. Foram observados dados referentes ao ano de 2008 e as informações ambientais foram coletadas de uma amostra de 28 companhias abertas holandesas, representando 90% da capitalização total do mercado na bolsa de valores holandesa, e as variáveis selecionadas, que possivelmente afetam o nível de divulgação ambiental, são o tamanho da companhia, o setor industrial e a lucratividade. Os testes estatísticos comprovaram que existe uma associação significativa e positiva entre o tamanho do setor e o nível de divulgação ambiental, porém não foi observada associação estatisticamente positiva entre a lucratividade e o nível de divulgação ambiental.

Pletsch *et al.* (2015) verificaram a evidenciação das práticas ambientais das Companhias que compõem o grupo A do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). A conclusão foi de que a maioria das empresas possui política ambiental estruturada. Em relação a gestão, a maioria das empresas possui preocupações com a questão ambiental em nível estratégico. Quanto ao desempenho, a maior parte das empresas demonstrou-se preocupada em consumir conscientemente os recursos naturais. No que se refere ao cumprimento legal, nos últimos três anos analisados ocorreram processos ambientais e por conta disso as empresas passaram a adequar-se as exigências legais.

Garcia *et al.* (2015) analisaram a acurácia na divulgação dos indicadores econômicos nos Relatórios de Sustentabilidade (RS) de 23 empresas do setor de energia elétrica no Brasil publicados em 2011. Os resultados apontaram que o grau de acurácia é médio ou baixo para todas as empresas, indicando falhas na elaboração dos dados econômicos dos RS, para os quais as empresas estariam supostamente bem preparadas, levando em conta que os seus sistemas contábeis contêm a maioria das informações necessárias, especialmente para atender a Demonstração de Valor Adicionado (DVA), ao CPC 33- Benefícios a Empregados e ao CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais.

Machado e Ott (2015) examinaram a utilização da evidenciação ambiental como instrumento de legitimidade social, averiguando se a evidenciação ambiental é utilizada pelas empresas com o objetivo de ganhar, manter ou recuperar legitimidade; se elas o fazem de forma pragmática, moral ou cognitiva; e identificar as estratégias utilizadas na evidenciação. Para tal, foram analisadas as informações ambientais divulgadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas que

compunham a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA no ano de 2013, adotando-se como unidade de numeração os parágrafos evidenciados.

Os resultados mostram que as empresas da amostra utilizaram a evidencição ambiental como instrumento de legitimação social, fazendo-o de várias formas e utilizando diversas estratégias. As companhias evidenciam suas informações ambientais, principalmente, com o objetivo de ganhar legitimidade, empregando equilibradamente a forma pragmática, moral e cognitiva em sua evidencição, relatando ações que visem popularizar seus modelos, fazer adeptos à sua forma de gestão, cooptar integrantes para desenvolver ações ambientais, mostrar que produzem resultados ambientalmente adequados, entre outras.

Oliveira *et al.* (2016) analisaram indícios do alinhamento socioambiental de empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa e no *ranking* da *Fortune* 500, mediante o uso de análise de conteúdo do texto disponibilizado na missão, visão e valores divulgados pelas organizações. A amostra foi composta por 233 empresas e os resultados apontaram que a evidencição socioambiental ainda acontece de forma incipiente. Além disso, os autores alertaram que o fato das empresas divulgarem informações sobre visão, missão e valores, não comprova que elas desenvolvam ações voltadas à responsabilidade socioambiental.

Abreu, Albuquerque e Oliveira (2016) avaliaram a influência das pressões institucionais na evidencição de projetos de mudança climática em empresas de petróleo e gás. Para tal, analisaram os relatórios de sustentabilidade de 35 empresas americanas, europeias e asiáticas, pertencentes ao *Ranking* Fortune de 2011. Os resultados apontaram que empresas posicionadas no topo do *ranking* tem níveis mais elevados de divulgação de informações e que as empresas de petróleo e gás estão expostas às pressões institucionais associadas com os três tipos de isomorfismo (coercitivo, mimético e normativo), e podem através de projetos de mudança climática adquirir legitimidade frente aos *stakeholders*.

O Quadro 1 resume os objetivos e os principais resultados encontrados nos estudos anteriormente mencionados.

Autor(es)/ Ano	Objetivo	Resultados
Ott e Lindstaedt (2007)	Investigar os aspectos convergentes e divergentes entre as normas e recomendações de evidenciação de informações de natureza ambiental emitidas no âmbito norte-americano e brasileiro, em relação ao modelo de <i>disclosure</i> ambiental proposto internacionalmente pelo ISAR/UNCTAD.	As normas norte-americanas emitidas pela SEC, FASB e AICPA, apresentam uma exigência de <i>disclosure</i> nos relatórios anuais limitada à divulgação de informações sobre fatos que possam impactar na situação econômico-financeira das companhias. No Brasil, as normas emitidas pelo CFC e pelo IBRACON apresentam um nível de detalhamento muito inferior ao recomendado pelo ISAR/UNCTAD, sendo necessárias amplas melhorias para que atinjam o padrão internacional.
Calixto (2007)	Examinar informações ambientais divulgadas por uma amostra de 80 companhias de capital aberto de 17 setores estabelecidos no Brasil, no período de 1997 a 2005	Foram identificadas profundas diferenças entre setores e entre empresas.
Rover, Borba e Murcia (2009)	Identificar as características do <i>disclosure</i> ambiental voluntário de empresas brasileiras.	A maior parte da evidenciação é declarativa, positiva e com referência temporal não especificada; As empresas divulgam voluntariamente poucas informações negativas sobre suas práticas ambientais.
Domingos (2010)	Analisar a evolução da divulgação voluntária de informações das empresas cotadas na <i>Euronext</i> Lisboa.	A divulgação ainda é reduzida nas áreas ambiental e social, embora tenha havido uma evolução positiva no período estudado.
Morisue, Ribeiro e Penteado (2012)	Analisar a evolução nos Relatórios de Sustentabilidade do grau de aderência plena e do grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenho econômico, ambiental e social	Houve evolução no grau de aderência plena e no grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenho no período.
Albertini (2014)	Descrever a divulgação ambiental em relação às diferentes estratégias implementadas pelas empresas francesas ao longo de um período de 6 anos.	As inovações ambientais são apresentadas como um meio de aumentar a eficiência e de obter uma vantagem competitiva no mercado verde de produtos. Além disso, verificou que a situação econômica influencia significativamente a forma como as questões ambientais são tratadas.
Burgwal e Vieira (2014)	Identificar as variáveis que têm impacto significativo no nível das práticas de divulgação ambiental adotadas por companhias abertas holandesas.	Há associação entre o tamanho do setor e o nível de divulgação ambiental, porém não foi observada associação entre lucratividade e o nível e divulgação ambiental.
Pletsch <i>et al.</i>	Verificar a evidenciação das práticas	A maioria das empresas possui política

(2015)	ambientais das Companhias que compõem o grupo A do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa).	ambiental estruturada;
Garcia <i>et. al.</i> (2015)	Analisar a acurácia na divulgação dos indicadores econômicos nos Relatórios de Sustentabilidade (RS) das empresas do setor de energia elétrica no Brasil.	O grau de acurácia é médio ou baixo para todas as empresas, indicando falhas na elaboração dos dados econômicos dos RS.
Machado e Ott (2015)	Examinar a utilização da evidência ambiental como instrumento de legitimidade social.	As companhias evidenciam suas informações ambientais, principalmente, com o objetivo de ganhar legitimidade, empregando a forma pragmática, moral e cognitiva em sua evidência.
Oliveira <i>et al.</i> (2016)	Analisar indícios do alinhamento socioambiental de empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa e no <i>ranking</i> da <i>Fortune</i> 500.	A evidência socioambiental ainda acontece de forma incipiente; Além disso, o fato das empresas divulgarem sua missão, visão e valores não comprova que elas desenvolvam ações voltadas à responsabilidade socioambiental.
Abreu, Albuquerque e Oliveira (2016)	Avaliar a influência das pressões institucionais na evidência de projetos de mudança climática em empresas americanas, europeias e asiáticas, de petróleo e gás	Essas empresas estão expostas às pressões institucionais associadas com os três tipos de isomorfismo (coercitivo, mimético e normativo), e podem através de projetos de mudança climática, adquirir legitimidade frente aos <i>stakeholders</i> .

Fonte: Elaborado pela autora com base nos autores citados.

Como se observa, os estudos realizados no período de 2007 a 2016 indicam que embora o nível de evidência socioambiental venha aumentando gradativamente nas últimas décadas, ainda há muito a ser aprimorado. Coelho (2010) relata que por estas informações serem divulgadas voluntariamente, torna-se difícil atestar sua credibilidade, ocasionando incertezas quanto a sua utilização para a tomada de decisões por seus usuários. Além disso, observa-se que os resultados demonstram falta de uniformidade em função da falta de padronização.

2.7 DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES

As hipóteses do estudo foram elaboradas a partir da Teoria dos *stakeholders*, devido a influência que estes exercem nas decisões das companhias. Para Cavalcanti *et al.* (2009) os diversos tipos de agentes, como clientes, instituições, colaboradores, governo, investidores e fornecedores (*stakeholders*) influenciam ou são influenciados pelas ações e decisões de uma organização. Além disso foram consideradas pesquisas precedentes realizadas sobre o tema.

Sousa e Almeida (2003) admitem que o retorno para o investidor é viabilizado através do equilíbrio de poder entre todos os agentes (*stakeholders*) que influenciam as decisões da companhia, ou que são influenciados por ela.

Para Nossa (2002), a pressão dos *stakeholders* faz com que as companhias divulguem mais informações ambientais, principalmente se desenvolverem atividades potencialmente poluidoras. No mesmo sentido, Sampaio *et al.* (2012) afirmam que companhias tidas como detentoras de maior potencial de interferir negativamente no ambiente, tem divulgado um maior volume de informações de caráter ambiental.

Diante do exposto, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

H₁: Empresas consideradas de alto potencial de poluição tendem a divulgar um maior número de informações socioambientais se comparadas com as empresas de médio e baixo potencial de poluição.

H₂: Empresas consideradas de médio potencial de poluição divulgam um menor número de informações socioambientais se comparadas com as empresas de alto potencial de poluição, e um maior número de informações em relação às de baixo potencial de poluição.

H₃: Empresas consideradas de baixo potencial de poluição divulgam um menor número de informações socioambientais se comparadas com as empresas consideradas de médio e de alto potencial de poluição.

Conforme as hipóteses apresentadas, é esperado que as empresas detentoras de maior potencial de interferir negativamente no ambiente pratiquem maior volume de informações desta natureza em relação às demais.

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Gil (2010) relata que uma pesquisa pode ser classificada quanto a sua natureza, objetivo, forma de abordagem do problema e quanto ao procedimento técnico.

Quanto à natureza esta pesquisa pode ser classificada como aplicada, pois visou analisar o comportamento da evidencição socioambiental por companhias brasileiras de capital aberto, pertencentes a setores de pequeno, médio e alto impacto ambiental, portanto, respondendo a um problema específico.

Quanto ao objetivo a pesquisa pode ser classificada como descritiva e explicativa, pois descreve as informações de caráter social e ambiental divulgadas pelas companhias e analisa a existência de relação entre as características individuais e o nível de evidencição socioambiental dessas companhias.

Em relação a forma de abordagem do problema, inicialmente se realizou uma análise de conteúdo com base em informações contidas nos documentos estudados e, posteriormente, foi utilizada uma abordagem quantitativa observando-se as frequências das sentenças das categorias e subcategorias divulgadas em conformidade com a NBC T 15 nos relatórios publicados pelas empresas.

Por fim, em relação ao procedimento técnico pode-se classificar essa pesquisa como documental, tendo em vista que os dados foram obtidos nos Relatórios de Sustentabilidade e da Administração das empresas que constituem a amostra.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

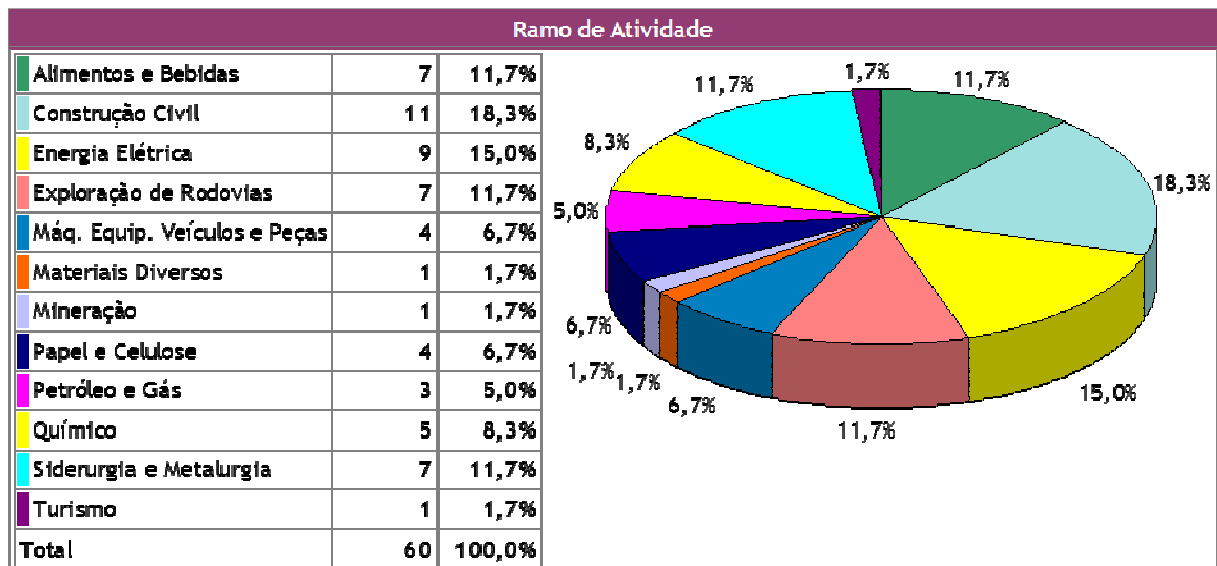
A população é constituída por todas as empresas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA, e a amostra é composta por 60 empresas de diferentes setores que foram divididas em 3 grupos, tendo por critério o potencial de impacto ambiental, sendo 20 classificadas como de pequeno; 20 como de médio e 20 como de alto impacto poluidor. As 20 empresas de cada segmento foram escolhidas considerando

as maiores pelo montante da receita líquida. Portanto, trata-se de uma amostra não probabilística, obtida pelo critério de conveniência.

Para definição dos setores de pequeno, médio e alto potencial de impactar o meio ambiente, se considerou o que consta no anexo VIII da Lei 10.165/ 2000.

No gráfico 1 apresenta-se a amostra do estudo caracterizada por segmento.

Gráfico 1: Composição da Amostra



Fonte: Dados da Pesquisa.

Considerando os relatórios de cada empresa, tem-se 60 observações, sendo que 18,3% da amostra é composta por empresas do setor de construção civil. As empresas do setor de energia elétrica representam 15% da amostra, seguida pelos setores de alimentos e bebidas, exploração de rodovias e siderurgia e metalurgia.

Os setores de mineração, papel e celulose, petróleo e gás, químico, siderurgia e metalurgia são classificados como alto potencial poluidor. Os setores de alimentos e bebidas, energia elétrica, máquinas, equipamentos, veículos e peças classificam-se como médio potencial poluidor. As atividades desenvolvidas por empresas do ramo de construção civil, exploração de rodovias, materiais diversos (materiais plásticos), e turismo são consideradas de baixo potencial de impactar o meio ambiente.

3.3 COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Considerando que nos relatórios anuais de 31/12/2015 das empresas da amostra não se encontrou a publicação da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental que deve ser elaborada em consonância com a NBC T 15, a coleta dos dados para a realização do estudo foi efetuada nos Relatórios de Sustentabilidade e da Administração publicados em 31/12/2015 pelas empresas que exploram atividades em diferentes segmentos e com pequeno, médio e alto potencial de impactar o meio ambiente, de acordo com a Lei nº 10.165 de 27 de dezembro de 2000, tendo por base o que preceitua a NBC T 15 no que tange às informações a serem divulgadas.

Quanto ao tratamento dos dados, as informações socioambientais divulgadas nos relatórios foram codificadas, utilizando o número de sentenças como unidade de registro, e classificando as sentenças em conformidade com a estrutura conceitual adotada nesse estudo. Estas, por sua vez, foram quantificadas para fins de determinar os percentuais de evidenciação apresentados, considerando o grau de aderência das informações socioambientais divulgadas pelas empresas em relação ao que estabelece a NBC T 15.

Assim, para efeitos deste estudo, a NBC T 15 foi dividida em categorias e subcategorias. As categorias envolvendo os recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo; e a interação da entidade com o meio ambiente, conforme pode ser observado no Apêndice A.

A NBC T 15 determina ainda que as empresas divulguem a riqueza gerada e distribuída no exercício, apresentada de acordo com a Demonstração do Valor Adicionado definida na NBC T 3, o que foi cumprido por todas.

A categoria que se refere aos recursos humanos tem os seguintes indicadores (subcategorias) listados no Quadro 2.

Quadro 2 - Indicadores da Categoria Recursos Humanos **Erro! Vínculo não válido**. Fonte: NBC T 15.

Os indicadores Rh 01 ao Rh13 tratam de informações quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceiros e autônomos; e os indicadores Rh14 ao Rh27 abordam informações relativas a composição dos recursos humanos.

Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, bem como incentivos decorrentes dessa interação. Os indicadores (subcategorias) da categoria ambiente externo estão listados no Quadro 3.

Quadro 3 - Indicadores da Categoria Ambiente Externo **Erro! Vínculo não válido**. Fonte: NBC T 15.

Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente devem ser divulgados os indicadores (subcategorias) listados no Quadro 4.

Quadro 4 - Indicadores da Categoria Interação com o Meio Ambiente **Erro! Vínculo não válido**. Fonte: NBC T 15

Além disso, as sentenças foram examinadas por tipo de *disclosure*, conforme a recomendação de Nossa (2002), como segue:

- a) Tipo 1- **Declarativa**: Quando somente a informação de natureza qualitativa e apresentada e expressa em termos puramente descritivos;
- b) Tipo 2- **Quantitativa não-monetária**: Quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza não financeira;
- c) Tipo 3 - **Quantitativa monetária**: Quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza financeira;
- d) Tipo 4 - **Quantitativa monetária e não-monetária**: Quando a informação quantitativa é apresentada e expressa em números de natureza financeira e não financeira.

Para a análise de conteúdo foi utilizado o *software* Sphinx Léxica versão 5.1 que auxilia no tratamento dos textos a serem analisados e realiza o cruzamento entre as variáveis do estudo, permitindo verificar as relações existentes entre elas.

Dada a limitação de 32.000 caracteres que o *software* apresenta, e pela extensão que os relatórios apresentam, realizou-se uma pré-leitura dos mesmos, já separando nas categorias adotadas no estudo. Inicialmente foi necessário realizar a conversão dos arquivos de “pdf” para “word”, pois o *software* não faz a leitura de arquivos neste formato.

Após isso, foi realizada a classificação nas subcategorias, que também foram incluídas no Sphinx, para que então o texto pudesse ser tratado por meio da ferramenta de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo permitiu que fossem geradas tabelas que refletem os resultados obtidos e cruzá-los com as variáveis criadas. Além de tabelas, o Sphinx permite a geração de mapas fatoriais, que refletem as relações existentes entre as variáveis do estudo.

A localização e o tamanho das variáveis no mapa fatorial estão ligados às frequências de divulgação, de tal forma que as informações que estão mais próximas do eixo central são as que apresentam maior frequência de divulgação.

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O tamanho da amostra pode ser compreendido como uma limitação, assim como o fato do estudo ter sido desenvolvido com base nas informações relativas somente ao ano de 2015.

Outra limitação diz respeito ao fato de que nem todas as empresas publicaram Relatório de Sustentabilidade, tendo-se recorrido ao Relatório da Administração para a coleta de dados. Isso foi especialmente percebido no caso das empresas com pequeno potencial poluidor.

Também, em se tratando de uma amostra obtida pelo critério de acessibilidade, portanto, não se constituindo em amostra probabilística, os

resultados obtidos no estudo são válidos unicamente para as empresas que o compõem, não podendo ser generalizados para a população.

Além disso, poderá ter ocorrido enquadramento inadequado de sentenças em algumas subcategorias, decorrente de equívoco não intencional na interpretação da pesquisadora.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

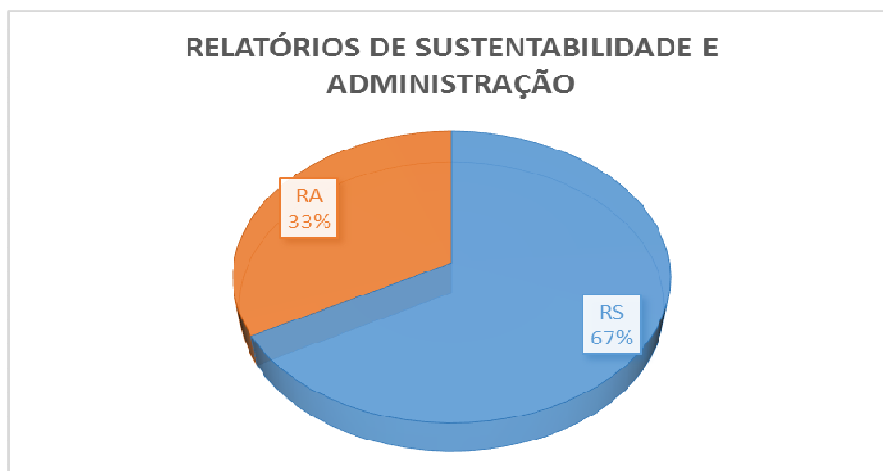
Nesse capítulo são apresentados e analisados os dados obtidos na pesquisa, levando em conta o nível de aderência das empresas da amostra ao que estabelece a NBC T 15, considerando-se a evidenciação referente aos indicadores (subcategorias) das categorias Recursos Humanos, Ambiente Externo e Meio Ambiente, além de se examinar o relacionamento da evidenciação com os setores de atividades e com a condição de empresas certificadas e não certificadas.

4.1 EVIDENCIAÇÃO NOS RELATÓRIOS

A adesão pelas empresas ao Relatório de Sustentabilidade acontece de forma voluntária e o mesmo engloba informações de caráter ambiental, social e econômica, enquanto o Relatório da Administração é exigido na legislação societária (Lei nº 6.404/76) e deve ser publicado juntamente com as Demonstrações Contábeis no encerramento do exercício social.

Dessa forma, algumas empresas da amostra divulgaram Relatório de Sustentabilidade e outras somente o Relatório da Administração, contendo dados relacionados com a evidenciação socioambiental, conforme pode se observar no Gráfico 2.

Gráfico 2- Relatórios de Sustentabilidade e da Administração publicados pelas empresas da amostra



Fonte: Dados da Pesquisa.

Das 60 empresas que compuseram a amostra, quarenta divulgaram Relatórios de Sustentabilidade (67%) relativos ao exercício de 2015, enquanto vinte empresas divulgaram somente Relatórios da Administração.

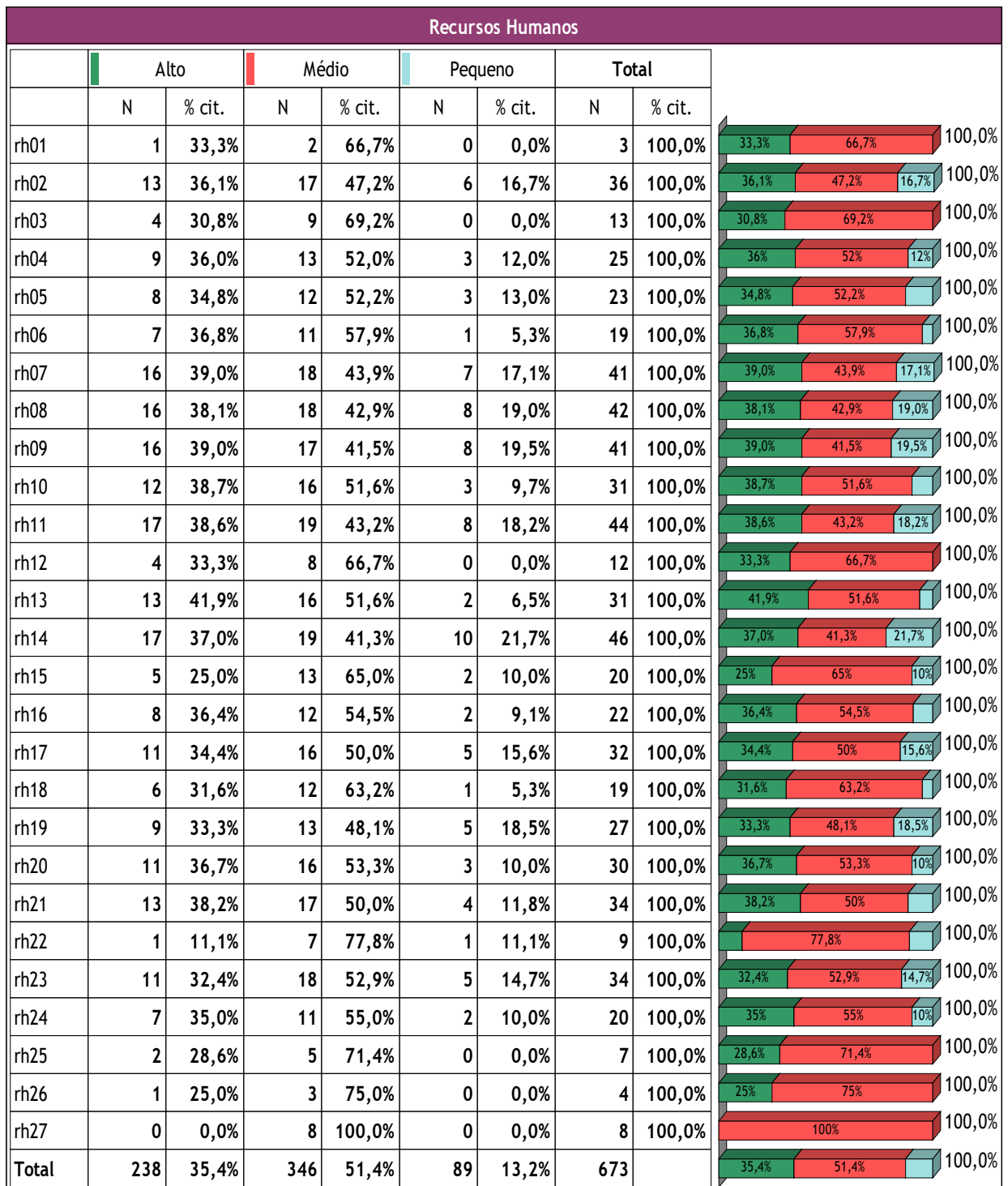
Das vinte empresas consideradas de alto potencial de impacto ambiental, quatorze (70%) divulgaram o Relatório de Sustentabilidade. Entre as empresas de médio potencial de impacto poluidor o número foi maior, sendo que dezenove companhias (95%) fizeram a sua divulgação. Já nas empresas de pequeno potencial poluidor, apenas sete (35%) divulgaram Relatório de Sustentabilidade, talvez considerando não terem o mesmo compromisso de divulgação das empresas consideradas como de maior potencial de impactar o meio ambiente.

4.2 ADERÊNCIA AOS INDICADORES DA CATEGORIA RECURSOS HUMANOS

Os indicadores que devem ser divulgados na categoria Recursos Humanos (rh01 a rh27), de acordo com a NBC T 15, estão apresentados no Quadro 2 com os seus respectivos significados.

Os indicadores rh01 ao rh13 versam sobre informações quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceiros e autônomos, enquanto que os indicadores rh14 ao rh27 abordam informações relativas a composição dos recursos humanos. Na figura 1 apresenta-se a quantidade de indicadores ou subcategorias evidenciadas pelas empresas da amostra, separadas por fator de impacto.

Figura 1: Aderência aos indicadores da categoria Recursos Humanos



Fonte: Dados da pesquisa.

Os 60 relatórios da administração e de sustentabilidade analisados, poderiam resultar na divulgação de um número máximo de 1.620 observações, considerando-se os 27 indicadores da categoria Recursos Humanos. As empresas da amostra

evidenciaram uma quantidade equivalente a 673 observações, o que corresponde a um nível médio de evidenciação de 41,54% ao que prevê a norma NBC T 15.

Por fator de impacto (pequeno, médio e alto), os 20 relatórios estudados poderiam resultar em um número máximo de 540 observações, levando em conta os 27 indicadores da categoria.

A quantidade evidenciada pelas empresas de alto impacto correspondeu a 238 observações, ou seja, uma aderência ao que estabelece a NBC T 15 de 44,07%. As empresas de médio impacto ambiental evidenciaram o equivalente a 346 observações, que representa um nível de adequação de 64,07%. Este percentual pode estar relacionado com o fato de que estas empresas foram as que mais divulgaram o Relatório de Sustentabilidade (95%). O menor percentual de aderência foi apresentado pelas empresas de pequeno potencial poluidor, com 16,48% (89 evidências encontradas), lembrando que somente 35% destas empresas divulgaram Relatório de Sustentabilidade.

Acerca das informações sobre a remuneração e benefícios concedidos aos empregados (rh 01 ao rh 13), o indicador que apresenta maior aderência é o rh 11, relacionado a investimentos em capacitação e desenvolvimento profissional. O mesmo foi citado por 44 das 60 empresas da amostra, o que indica uma aderência média de 73,33%.

Os gastos com segurança e medicina do trabalho (rh 08) apresentaram uma adequação de 70% ao que estabelece a NBC T 15. Logo em seguida aparecem os indicadores relativos a investimentos com saúde (rh 07), e com educação (rh 09), ambos apresentaram uma aderência de 68,33%.

Na pesquisa conduzida por Los (2014) em empresas classificadas no ISE, os resultados mostram que o indicador social interno mais divulgado foi referente aos gastos com previdência privada (rh 06), com uma aderência de 86,7%, seguido do indicador referente a gastos com capacitação e desenvolvimento profissional (rh 11), com uma evidenciação de 77,3%, e de gastos com saúde (rh 07) com frequência de 76%.

Para Sampaio *et al.* (2012) os funcionários representam um grupo de usuários interessados na informação contábil, principalmente nas informações sociais com implicações diretas sobre este grupo. Desse modo, com a divulgação das informações anteriormente citadas, as empresas procuram ser percebidas como legítimas, reduzindo as pressões dos funcionários por melhores condições de

trabalho, uma vez que as organizações já evidenciam as ações em favor deste grupo. Além disso, os autores acreditam que o acréscimo no nível de evidenciação desses indicadores contribui também para melhores negociações com centrais sindicais e outras representações funcionais.

Com menor frequência de divulgação está o indicador que trata das informações sobre gastos com encargos sociais (rh 03), divulgado por apenas 13 das 60 empresas da amostra, sendo 9 delas de médio impacto e 4 de alto impacto, tendo atingido uma aderência de 21,66%, seguido do indicador sobre gastos com creche e auxílio-creches (rh 12), cuja evidenciação foi de 20%.

Por fim, o indicador social interno menos evidenciado pelas empresas é o que tratava da remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos. O percentual de evidenciação apresentado foi de 5%, uma vez que apenas 3 empresas declararam a informação (Copel, Cemig e Usiminas). Cabe ressaltar que não constava a remuneração dos autônomos, contudo, a informação foi considerada adequada em relação à norma, pois é possível que nem todas as empresas utilizaram serviços de autônomos. O mesmo se aplica aos terceirizados.

O resultado foi semelhante aos achados de Los (2014) em sua pesquisa em empresas classificadas no ISE, cujos indicadores sociais internos com menor frequência de divulgação eram exatamente a remuneração segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos.

Ao estudar as empresas produtoras de petróleo, gás e biocombustíveis listadas na BMF&Bovespa, Nobre *et al.* (2016) concluíram que nenhuma das empresas pesquisadas evidenciou esta informação em seus relatórios, bem como os gastos com transporte.

Sobre os indicadores da composição dos recursos humanos (rh 14 ao rh 27) o que apresentou maior percentual de evidenciação se referia ao total de empregados no final do exercício, evidenciado por 46 empresas (76,66%).

Este resultado corrobora os achados de Los (2014), que verificou que o percentual de companhias que divulgaram o indicador no período chegou a 96%, sendo o indicador mais divulgado no período.

A quantidade de empregados por faixa etária (rh 21) e o percentual de ocupantes de cargos de chefia por sexo (rh 23), foram divulgados em 56,66% dos relatórios das empresas da amostra, seguidos pelo indicador relacionado ao total de

estagiários no final do exercício (rh 17), presente em 53,33% dos relatórios examinados.

Entre os indicadores do corpo funcional menos evidenciados pelas empresas estão o valor total de multas e indenizações pagas por determinação da justiça (rh 27), com uma aderência de 13, 33%, divulgado apenas por 8 empresas de médio potencial de impactar o meio ambiente; e o número de processos julgados procedentes durante o período (rh 25) que apresentou uma adequação ao que estabelece a NBC T 15 de 11,66%.

Também apresentou baixa frequência de evidenciação o indicador que mostra o número de processos trabalhistas julgados improcedentes durante o período (rh 26), cuja aderência foi de apenas 6,66%.

Na pesquisa de Los (2014) os indicadores com menor frequência de divulgação foram o número de processos trabalhistas julgados procedentes e improcedentes, com uma aderência de 18,7%. Outros indicadores que também apresentaram baixo percentual de divulgação se referiam às multas e indenizações pagas por determinação da justiça, com uma aderência de 28%, e sobre os processos trabalhistas movidos contra a entidade, cuja aderência se situou em 36%.

Na pesquisa conduzida por Nobre *et al.* (2016), os autores observaram que nenhuma das empresas da amostra efetuou qualquer tipo de divulgação a respeito de processos trabalhistas sofridos, multas ou indenizações.

Isso pode ser um indicativo de que as empresas apresentam uma tendência a divulgar informações que sejam favoráveis à sua imagem em detrimento das demais, como argumentam Deegan e Ranking (1996), de que as empresas são mais propensas a apresentar nos seus relatórios informações que as beneficiem, e tendem a omitir informações de natureza negativa, que de algum modo possam impactar sua imagem.

Distribuição Quantitativa das Sentenças Divulgadas pelas Empresas na Categoria Recursos Humanos

O número total de sentenças em consonância ao estabelecido pela NBC T15 acerca da categoria Recursos Humanos resultou em 3.457 evidenciações pelas

empresas de pequeno, médio e alto potencial poluidor, conforme o exposto na Figura 2.

Figura 2: Distribuição quantitativa das sentenças evidenciadas na categoria Recursos Humanos

Recursos Humanos									
	Alto		Médio		Pequeno		Total		
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	
rh01	1	<0,1%	2	<0,1%	0	0,0%	3	<0,1%	<0,1%
rh02	26	0,8%	59	1,7%	21	0,6%	106	3,1%	3,1%
rh03	6	0,2%	26	0,8%	0	0,0%	32	0,9%	0,9%
rh04	15	0,4%	51	1,5%	6	0,2%	72	2,1%	2,1%
rh05	15	0,4%	19	0,5%	3	<0,1%	37	1,1%	1,1%
rh06	29	0,8%	70	2,0%	2	<0,1%	101	2,9%	2,9%
rh07	138	4,0%	267	7,7%	68	2,0%	473	13,7%	13,7%
rh08	153	4,4%	224	6,5%	48	1,4%	425	12,3%	12,3%
rh09	88	2,5%	174	5,0%	25	0,7%	287	8,3%	8,3%
rh10	33	1,0%	79	2,3%	6	0,2%	118	3,4%	3,4%
rh11	212	6,1%	318	9,2%	69	2,0%	599	17,3%	17,3%
rh12	6	0,2%	27	0,8%	0	0,0%	33	1,0%	1,0%
rh13	45	1,3%	87	2,5%	3	<0,1%	135	3,9%	3,9%
rh14	45	1,3%	73	2,1%	28	0,8%	146	4,2%	4,2%
rh15	11	0,3%	35	1,0%	7	0,2%	53	1,5%	1,5%
rh16	20	0,6%	38	1,1%	3	<0,1%	61	1,8%	1,8%
rh17	52	1,5%	58	1,7%	11	0,3%	121	3,5%	3,5%
rh18	11	0,3%	47	1,4%	2	<0,1%	60	1,7%	1,7%
rh19	21	0,6%	54	1,6%	13	0,4%	88	2,5%	2,5%
rh20	40	1,2%	101	2,9%	46	1,3%	187	5,4%	5,4%
rh21	22	0,6%	73	2,1%	5	0,1%	100	2,9%	2,9%
rh22	2	<0,1%	15	0,4%	1	<0,1%	18	0,5%	0,5%
rh23	30	0,9%	40	1,2%	6	0,2%	76	2,2%	2,2%
rh24	20	0,6%	65	1,9%	7	0,2%	92	2,7%	2,7%
rh25	3	<0,1%	5	0,1%	0	0,0%	8	0,2%	0,2%
rh26	1	<0,1%	3	<0,1%	0	0,0%	4	0,1%	0,1%
rh27	0	0,0%	22	0,6%	0	0,0%	22	0,6%	0,6%
Total	1 045	30,2%	2 032	58,8%	380	11,0%	3 457		58,8% 100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa.

As informações sobre investimentos em capacitação e desenvolvimento profissional (rh 11) contém 599 sentenças que representam 17,3% do total de evidenciações, sendo que destas, 318 foram divulgadas por empresas de médio potencial poluidor; 212 pelas empresas de alto impacto e 69 sentenças pelas empresas de pequeno impacto ambiental.

Um exemplo disso é a empresa Minerva Foods, que declara investir continuamente em programas e cursos voltados aos colaboradores como meio de promover novos conhecimentos e engajar os seus funcionários na conquista das metas propostas no planejamento estratégico, como ressaltado em seu relatório.

Segundo a empresa, são oferecidos treinamentos técnicos e operacionais voltados ao aperfeiçoamento e à reciclagem de conhecimentos específicos à produção e à comercialização dos itens. Exemplo são as capacitações Boas Práticas de Fabricação e as reciclagens previstas nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

A empresa Even do setor de Construção Civil, também destacou algumas de suas iniciativas. Entre elas estão o Programa de Desenvolvimento de Líderes voltado para os gestores; o Programa de Desenvolvimento de Engenheiros direcionado aos gerentes de obra e engenheiros; as Semanas de Desenvolvimento com palestras destinadas a todos os colaboradores; as Visitas às Obras; e o Conhecendo Nosso Negócio, que através de uma ferramenta na intranet e palestras, fornece detalhes sobre a atuação e o desempenho da empresa.

Também são significativas as divulgações de informações do indicador referente a gastos com a saúde dos trabalhadores (rh 07) e gastos com segurança e medicina do trabalho (rh 08), que representam 13,7% e 12,3% do total sentenças evidenciadas, respectivamente.

A Vale destacou que desenvolve campanhas e programas de saúde, com o objetivo de ajudar os empregados a identificar os riscos potenciais de saúde e segurança e encorajá-los a mudar seu estilo de vida, com exercícios físicos, boa alimentação, monitoramento da saúde e ações preventivas no dia a dia, tais como: trânsito, manutenções residenciais, entre outras.

No mesmo sentido, a Engie destacou as ações do Programa Todos Unidos pela Segurança, criado em 2014 com o intuito de fortalecer a cultura de saúde e segurança no trabalho em toda a empresa. No programa são realizadas campanhas de prevenção de acidentes de trabalho, educação para o trânsito, e paradas gerais

para a reflexão sobre o tema segurança, momento dedicado a reforçar a importância do tema entre o público interno e de empresas contratadas.

Os indicadores ou subcategorias com um menor número de sentenças divulgadas pelas empresas da amostra foram os relacionados ao número de processos trabalhistas julgados procedentes no período (rh 25), com 8 sentenças; o número de processos trabalhistas julgados improcedentes (rh 26), com 4 sentenças e, por fim, a subcategoria com um menor número de registros fazia referência a remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos, com somente 3 sentenças divulgadas, representando 0,08% do total de evidenciações.

As empresas de médio potencial poluidor foram as que mais evidenciaram, juntas somaram 2.032 sentenças, 58,8% do total, seguidas pelas empresas com maior potencial poluidor com 1.045 sentenças evidenciadas, 30,2% do total de evidenciações do período. As empresas de pequeno potencial poluidor divulgaram 380 sentenças na categoria, ou seja, 11,0% do total de evidenciações. Como já referido anteriormente, a supremacia na quantidade de sentenças divulgadas pelas empresas de médio potencial poluidor pode estar relacionada ao fato de que foram as que mais divulgaram Relatório de Sustentabilidade.

Os tipos de evidenciação de informações da categoria Recursos Humanos apresentados nos relatórios das empresas constam na Tabela 1.

Tabela 1: Frequência dos tipos de evidenciação da categoria Recursos Humanos por fator de impacto **Erro! Vínculo não válido**. Fonte: Dados da pesquisa.

Em termos médios prevalece o tipo de informação declarativa (63%), seguida de quantitativa não-monetária (28%). A frequência é praticamente a mesma independente das empresas serem de alto, médio ou pequeno potencial de impactar o meio ambiente.

Resultados semelhantes foram observados na pesquisa desenvolvida por Beuren e Ensslin (2009) ao investigar o comportamento das empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na evidenciação de itens como: relacionamento com empregados e fornecedores, relacionamento com a comunidade, governança corporativa e impactos ambientais das atividades.

Os autores verificaram que as sentenças declarativas (tipo 1) representavam 69,64% do total de sentenças evidenciadas; as sentenças não monetárias (tipo 2) representavam 23,81% do total de sentenças evidenciadas; e os tipos restantes de sentenças — tipo 3 e tipo 4 — somavam apenas 6,55%.

4.3 ADERÊNCIA AOS INDICADORES DA CATEGORIA AMBIENTE EXTERNO

Os 12 indicadores da categoria Ambiente Externo (ae01 a ae12) que devem ser divulgados, segundo a NBC T 15, estão descritos no Quadro 3 com os seus respectivos significados. A Figura 3 apresenta a quantidade de indicadores ou subcategorias evidenciadas pelas empresas da amostra, separadas por fator de impacto.

Figura 3: Aderência aos indicadores da categoria Ambiente Externo

Ambiente Externo									
	Alto		Médio		Pequeno		Total		
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	
ae01	16	39,0%	18	43,9%	7	17,1%	41	100,0%	
ae02	14	38,9%	16	44,4%	6	16,7%	36	100,0%	
ae03	15	41,7%	16	44,4%	5	13,9%	36	100,0%	
ae04	9	36,0%	12	48,0%	4	16,0%	25	100,0%	
ae05	2	14,3%	9	64,3%	3	21,4%	14	100,0%	
ae06	8	33,3%	13	54,2%	3	12,5%	24	100,0%	
ae07	8	36,4%	10	45,5%	4	18,2%	22	100,0%	
ae08	5	35,7%	8	57,1%	1	7,1%	14	100,0%	
ae09	3	21,4%	9	64,3%	2	14,3%	14	100,0%	
ae10	2	28,6%	4	57,1%	1	14,3%	7	100,0%	
ae11	7	33,3%	13	61,9%	1	4,8%	21	100,0%	
ae12	13	39,4%	17	51,5%	3	9,1%	33	100,0%	
Total	102	35,5%	145	50,5%	40	13,9%	287		

Fonte: Dados da Pesquisa.

Considerando a quantidade de 12 indicadores da categoria Ambiente Externo, os 60 relatórios examinados poderiam gerar um número máximo de 720 observações. Juntas, as empresas da amostra evidenciaram uma quantidade correspondente a 287 observações, o que representa um nível médio de aderência de 39,86% ao que determina a NBC T 15.

Quando examinados separadamente por fator de impacto, os 20 relatórios de cada fator poderiam gerar um máximo de 240 observações, considerando-se os 12 indicadores da categoria.

As empresas consideradas de médio impacto ambiental foram as que apresentaram uma maior aderência ao que prescreve a NBC T 15, com 145 observações (50,5%). As empresas de alto impacto evidenciaram uma quantidade correspondente a 102 observações, ou seja, a aderência média ao que prevê a NBC T 15 foi de 35,5%. Já as empresas de pequeno impacto evidenciaram o equivalente a 40 observações, que significa uma aderência a NBC T 15 de apenas 13,9%.

Nas empresas consideradas com maior potencial poluidor, o indicador mais divulgado foi o referente a investimentos em educação (ae 01), evidenciado por 16 das 20 empresas, ou seja, 80% das empresas deste grupo evidenciaram este item. Logo em seguida aparece o indicador referente a gastos com saúde e saneamento (ae 3), com um percentual de divulgação de 75%, e o indicador referente a gastos com cultura (ae 02), presente em 70% dos relatórios das empresas de alto impacto poluidor.

Os indicadores que tratam do número de queixas recebidas diretamente na entidade (ae 06) e as recebidas por meio dos órgãos de proteção de defesa do consumidor (ae 07) foram divulgados por 40% das empresas em seus relatórios, enquanto as reclamações recebidas por meio da Justiça (ae 08) foram divulgadas apenas por 25%, as reclamações recebidas em cada instância arrolada foram registradas em 15% dos relatórios, e o valor das multas e indenizações (ae 10) por apenas 10% das empresas.

Do mesmo modo como ocorreu nas empresas com maior potencial poluidor, nas empresas tidas como de médio e pequeno potencial poluidor o item mais divulgado foi referente a gastos com educação, exceto a de caráter ambiental (ae 01), com um percentual de evidenciação de 90% e 35%, respectivamente.

Os gastos com cultura (ae 02) e com saúde e saneamento (ae 03) foram divulgados em 80% dos relatórios das empresas de médio impacto e em 30% e 25% das empresas de pequeno impacto.

Os indicadores que tratam de reclamações recebidas diretamente na entidade (ae 06), reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção de defesa do consumidor (ae 07), o número de reclamações recebidas por meio da Justiça (ae 08) e o valor das multas e indenizações (ae 10) foram divulgados em 65%, 50%, 40% e 10% dos relatórios das empresas de médio potencial de impacto e em 15%, 20%, 5% e 5% dos relatórios das empresas com pequeno potencial de impactar o meio ambiente.

O indicador ae 12 discorre sobre os critérios utilizados pelas empresas na escolha dos fornecedores. As empresas podem adotar medidas para verificar a responsabilidade socioambiental de seus fornecedores, ou não.

A Braskem, por exemplo, cita em seu relatório de sustentabilidade que espera de todos os seus parceiros um comportamento alinhado aos seus princípios éticos e profissionais, e para tal compra apenas de fornecedores que estão em conformidade

com as obrigações regulatórias e tributárias, com qualificação técnica e administrativa, e situação econômica e financeira saudável.

A empresa mencionou, ainda, a existência de um Código de Conduta para os fornecedores de etanol, haja vista que ele representa uma das categorias de maior risco socioambiental para a empresa. Por meio do Código, são estabelecidos os padrões esperados pela empresa a respeito da prevenção do desmatamento e de queimadas, proteção da biodiversidade, respeito aos direitos humanos e às relações trabalhistas e o monitoramento de indicadores socioambientais.

Já a Usiminas salienta que tem como prática priorizar a contratação de fornecedores locais de modo a incentivar o desenvolvimento das comunidades onde opera. Convite para participação de concorrências, maior proximidade das empresas por meio de trabalhos feitos com as associações locais e efetivação de contratos de longo prazo são algumas das ações empreendidas pela empresa na priorização de empresas situadas em sua área de atuação.

Porém, a Usiminas leva em consideração os seguintes fatores no momento de avaliar a contratação com fornecedores: logística, responsabilidade socioambiental, localização geográfica, capacidade técnica, certificações, desempenho e competitividade comercial e tecnológica.

Em resumo, os indicadores mais evidenciados pelas empresas classificadas nos três fatores de impacto foram os investimentos em educação (ae 01), os investimentos em cultura (ae 02), e os investimentos em saúde e saneamento (ae 03), com um percentual de divulgação de 68,33%, 60% e 60%, respectivamente.

No entendimento de Dias *et al.* (2014), por se tratar de indicadores que possuam uma maior influência sobre a comunidade, tendem a se manter em um nível de crescimento elevado no volume de informações, pois assim as empresas buscam registrar a sua parcela de contribuição dentro da comunidade na qual estão inseridas.

Já os indicadores menos evidenciados pelas empresas foram os referentes a gastos com alimentação (ae 05); reclamações recebidas por meio da Justiça (ae 08); reclamações recebidas em cada instância arrolada (ae 09), divulgados por 14 das 60 empresas da amostra, representando 23,33% respectivamente; e o montante de multas e indenizações a clientes (ae 10), evidenciado por 7 das 60 empresas da amostra, equivalendo ao percentual de 11,67%.

Sampaio *et al.* (2012) ao analisarem os indicadores sociais externos, concluíram que os itens que apresentaram maiores médias de divulgação referiam-se às informações relativas aos gastos com educação e cultura. Para os autores, pode-se inferir que estes são os que possuem maior influência sobre as comunidades que desfrutam de tais benefícios proporcionados pelas companhias.

Na pesquisa realizada por Los (2014), os resultados foram semelhantes. A autora constatou que investimentos em educação foi o indicador mais divulgado pelas companhias, com uma aderência ao que preceitua a NBC T 15 de 69,3%, seguido pelo indicador referente a gastos com cultura, com um nível de evidenciação de 66,7%. Quanto aos investimentos em saúde e saneamento, a autora verificou um percentual de divulgação por 48% das companhias da amostra.

Entre os indicadores menos divulgados, Los (2014) encontrou as ações divulgadas pelas companhias para sanar ou minimizar os motivos das reclamações; apenas 12% das companhias divulgaram, e o montante de multas e indenizações a clientes determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela justiça, informação presente em 16% dos relatórios analisados.

Na pesquisa de Nobre *et al.* (2016) os autores constataram que apenas uma empresa divulgou o número de reclamações recebidas na entidade, sendo esta também a única a tornar público o número de reclamações recebidas por meio de órgãos de proteção e defesa do consumidor e reclamações recebidas por meio judicial. No entanto, nenhuma das empresas analisadas divulgou o montante de multas e indenizações a clientes ou as ações empreendidas para sanar as causas de tais reclamações.

De um modo geral, as empresas que mais evidenciaram foram as de médio potencial de impacto ambiental, com um percentual de divulgação de 60,41%, seguidas pelas de maior impacto poluidor com um percentual de 42,5%, e por último as empresas de pequeno potencial poluidor com 16,67%.

Distribuição Quantitativa das sentenças divulgadas pelas empresas na categoria Ambiente Externo

Foi registrado um total de 1.646 sentenças na categoria Ambiente Externo, conforme os dados expostos na Figura 4.

Figura 4: Distribuição quantitativa das sentenças na categoria ambiente externo

Ambiente Externo									
	Alto		Médio		Pequeno		Total		
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	
ae01	193	11,7%	274	16,6%	77	4,7%	544	33,0%	33,0%
ae02	79	4,8%	112	6,8%	10	0,6%	201	12,2%	12,2%
ae03	100	6,1%	125	7,6%	27	1,6%	252	15,3%	15,3%
ae04	37	2,2%	45	2,7%	9	0,5%	91	5,5%	5,5%
ae05	2	0,1%	24	1,5%	4	0,2%	30	1,8%	1,8%
ae06	85	5,2%	93	5,7%	11	0,7%	189	11,5%	11,5%
ae07	22	1,3%	31	1,9%	6	0,4%	59	3,6%	3,6%
ae08	14	0,9%	19	1,2%	1	<0,1%	34	2,1%	2,1%
ae09	9	0,5%	22	1,3%	2	0,1%	33	2,0%	2,0%
ae10	12	0,7%	15	0,9%	1	<0,1%	28	1,7%	1,7%
ae11	9	0,5%	43	2,6%	2	0,1%	54	3,3%	3,3%
ae12	52	3,2%	70	4,3%	9	0,5%	131	8,0%	8,0%
Total	614	37,3%	873	53,0%	159	9,7%	1 646		100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa.

A subcategoria mais evidenciada se referia aos investimentos em educação (ae01), representando 33% do total das sentenças divulgadas pelas empresas da amostra nesta categoria. As empresas de médio impacto poluidor foram as que mais contribuíram para este resultado, com 274 sentenças divulgadas sobre este indicador, significando 16,6% do total de evidenciações. As empresas de alto impacto divulgaram 193 sentenças, o equivalente a 11,7%, e as de pequeno impacto apresentaram 77 sentenças, ou seja, 4,7% do total.

Um exemplo disso é o projeto LIDE Educação citado pela empresa Weg. “O LIDE Educação é formado por empresas e executivos que acreditam na educação como chave para que crianças e jovens do Brasil tenham sucesso na escola e na

vida, tornando-se profissionais qualificados”. No total foram investidos R\$42.000 no projeto com recursos próprios, e o número de beneficiados foi de 65.000 pessoas.

Com o intuito de apoiar iniciativas voltadas à educação de crianças e jovens, a JBS é a principal mantenedora do Instituto Germinare, localizado em São Paulo (SP), criado em 2009 pela J&F Investimentos. O instituto oferece educação gratuita em tempo integral, e com o propósito de formar líderes do futuro complementa o currículo tradicional com temas e atividades voltadas ao estímulo do espírito empreendedor e a formação de gestores de negócios. A metodologia em questão é aprovada pelo Ministério da Educação.

A divulgação de informações sobre saúde e saneamento (ae 03) também foi representativa, uma vez que nessa subcategoria foram encontradas 252 sentenças que representam 15,3% do total de evidenciações na categoria ambiente externo. Investimentos em cultura (ae 02) totalizaram 201 sentenças, equivalendo a 12, 2% do total das evidenciações nessa categoria.

A empresa Fertilizantes Heringer informou em seu relatório, que com o intuito de viabilizar o acesso à cultura, mantém parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI). Por meio dessa iniciativa, os colaboradores da Heringer têm acesso a um acervo diversificado de livros, renovado a cada quatro meses. Em 2015, a ação foi realizada na unidade de Paulínia (SP), porém, a empresa está estudando a possibilidade de ampliar a iniciativa para outras unidades.

O fortalecimento do setor cultural também foi mencionado pela Petrobras como uma de suas prioridades. Por meio do Programa Petrobras Cultural, a empresa apoia projetos que abordam a cultura brasileira em suas mais diversas manifestações, abrangendo sua criação, produção, difusão, preservação e assimilação. Uma das iniciativas que integram a carteira do programa é o Grupo Corpo, consagrado como uma das mais importantes companhias de dança contemporânea do Brasil. O grupo mantém uma estrutura que envolve uma escola de dança, oficinas de arte e cursos profissionalizantes para jovens, e um complexo cultural que abriga um galpão voltado para o desenvolvimento e a exposição ou instalação de trabalhos de artes plásticas. A Petrobras menciona que patrocina o grupo oficialmente há 15 anos.

Outra subcategoria com um número significativo de sentenças evidenciadas trata das reclamações recebidas diretamente na entidade (ae 06), com 189

sentenças, que representam 11,5% do total das evidenciações efetuadas na categoria.

Por exemplo, a Eletropaulo ressaltou que realizou cerca de 41 milhões de interações com seus clientes por meio de diferentes canais de atendimento. Do total, a maior parte dessas interações se referiu a solicitações e informações (80%), e 19% estavam relacionadas à falta de energia. Somente 1% foi considerado reclamações sobre serviços comerciais por parte dos clientes, registradas em primeiro nível.

A empresa indica que o principal motivo das reclamações são questionamentos relacionados à fatura de energia elétrica, no entanto, apenas 30% dessas manifestações são procedentes. Desse modo, estão sendo planejadas e realizadas uma série de ações proativas afim de reduzir a quantidade de reclamações improcedentes sobre a conta.

As subcategorias menos evidenciadas foram referentes as reclamações recebidas por meio da Justiça (ae 08), as reclamações atendidas nos órgãos de proteção e defesa do consumidor, na Justiça e na empresa (ae 09), investimentos em alimentação (ae 05), e por último, o montante das multas e indenizações a clientes (ae 10), que representavam, respectivamente, 2,1%, 2,0%, 1,8% e 1,7% de sentenças evidenciadas.

As empresas consideradas de médio impacto poluidor evidenciaram 873 sentenças, 53% do total de evidenciações, enquanto que no mesmo período as empresas com maior potencial poluidor divulgaram 614 sentenças, 37,3% do total das divulgações efetuadas. As empresas com pequeno potencial poluidor foram as que realizaram um menor volume de divulgações durante o período em questão, tendo sido evidenciadas 159 sentenças que correspondem a 9,7% das evidenciações verificadas.

Na Tabela 2 são apresentados os tipos de informações apresentadas nos relatórios das empresas.

Erro! Vínculo não válido.

Tabela 2: Frequência dos tipos de evidenciação da categoria Ambiente Externo por fator de Impacto**Erro! Vínculo não válido.**Fonte: Dados da Pesquisa.

As informações divulgadas pelas empresas são predominantemente do tipo declarativas (64%), seguidas de informações do tipo quantitativa não monetárias (21%). As divulgadas de tipo monetárias representavam 12% (21% nas empresas de pequeno potencial poluidor) e, por último, as informações quantitativas não monetárias e monetárias que representavam 3%.

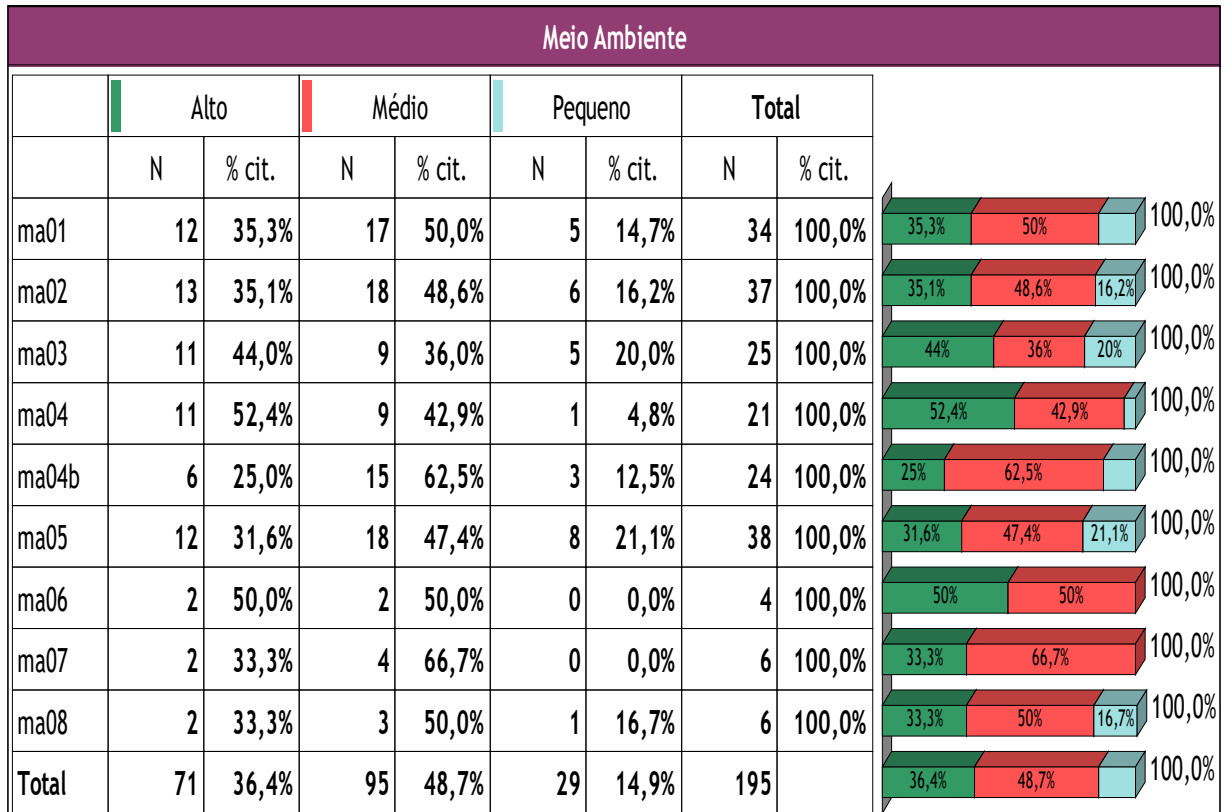
4.4 ADERÊNCIA AOS INDICADORES DA CATEGORIA MEIO AMBIENTE

Os indicadores da categoria Meio Ambiente (ma 01 a ma 08) que deveriam ser divulgados pelas empresas, conforme a NBC T 15, estão descritos no Quadro 4.

Para fins desse estudo, foi criada a subcategoria ma 04b, com o intuito de classificar os casos em que não foi possível fazer a distinção entre os investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade, de investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade.

Na Figura 5 pode ser identificada a quantidade de indicadores evidenciados, separados por fator de impacto.

Figura 5: Aderência aos indicadores da categoria Meio Ambiente



Fonte: Dados da Pesquisa.

Nos 60 relatórios divulgados pelas empresas da amostra foram identificadas 195 evidências relacionadas com os 8 indicadores dessa categoria, de um total possível de 480 evidências, significando uma aderência média de 40,62% ao que prescreve a NBC T 15. As empresas de médio potencial poluidor foram as que mais evidenciaram indicadores dessa categoria (95) equivalendo a 48,7%; seguidas das empresas de alto potencial poluidor (71) representando 36,4% e das de pequeno potencial poluidor (29) significando 14,9%.

Considerando o fator de impacto, o número máximo de evidências possível seria de 160. As empresas de alto potencial poluidor evidenciaram um total de 71 observações, resultando em uma aderência média de 44,37%. O percentual médio de aderência das empresas de médio impacto poluidor foi de 59,37%, com uma quantidade evidenciada de 95 observações. Já as empresas de pequeno potencial poluidor apresentaram uma adequação média ao que determina a NBC T 15 de 18,12%.

A subcategoria mais evidenciada pelas companhias foi a ma 05, que diz respeito a outros projetos ambientais, citada por 63,33% das companhias. O percentual encontrado é superior ao observado por Los (2014), que verificou a

evidenciação deste item por 48% das empresas. Sobre este mesmo item, Cavalcanti (2009) verificou uma evidenciação por parte de 79% das empresas da amostra de seu estudo.

Um exemplo sobre divulgação desta subcategoria é o que consta no Relatório de Sustentabilidade da Eletropaulo, cuja empresa informa que participa de projetos com o objetivo do uso eficiente da água em suas bases operacionais. A companhia informou que conseguiu uma redução de 19% no consumo por colaborador tendo por base o ano anterior.

Também pode ser considerado um exemplo de outros projetos ambientais, o Programa Poupança Florestal que é uma iniciativa da Fibria. O Programa incentiva os produtores rurais próximos às fábricas a plantar eucaliptos e, além de subsidiá-los, oferece amplo apoio na estruturação dos plantios. Atualmente, fazem parte do programa 67 mil hectares de 1.685 produtores participantes do programa.

A Weg mencionou que mantém projetos que visam a redução do consumo de energia e água, e que até 2015 as unidades do grupo WEG já haviam economizado com uso de água de reuso, 90.930 m³ (90.930.000 litros), o que seria suficiente para abastecer o consumo de 311 famílias durante um ano.

Logo após aparece a subcategoria ma 02, que trata dos investimentos e gastos com a preservação e/ ou recuperação de ambientes degradados, com um percentual de divulgação de 61,66%. Este resultado difere dos achados da pesquisa de Cavalcanti *et al.* (2009), que identificaram um percentual de divulgação de apenas 19% do indicador pelas empresas estudadas.

Também é representativa a divulgação de investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente (ma 01), especialmente por parte das empresas de médio e alto potencial de impactar o meio ambiente, que atingiram um percentual de divulgação de 85% e 60%, respectivamente.

Rover e Borba (2007) em sua pesquisa constataram que houve uma grande preocupação entre as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) em divulgar os investimentos destinados a preservação e proteção ambiental e a manutenção de processos operacionais e melhoria do meio ambiente.

Cavalcanti *et al.* (2009) identificaram que 95% das empresas do segmento do setor público que compunham a amostra de sua pesquisa evidenciaram nos

relatórios investimentos e gastos com a manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, ao passo que Los (2014) encontrou um percentual de divulgação de 76% nos relatórios analisados.

Em seu relatório de sustentabilidade, a Vale mencionou que mantém projetos com a finalidade de recuperar áreas degradadas, por meio de reflorestamento e condução de regeneração natural.

Do mesmo modo, a Cemig mencionou que busca trabalhar visando sempre a minimização dos impactos negativos de suas atividades, e declarou que para todos os seus empreendimentos são considerados fatores ambientais no planejamento econômico e físico. Em 2015 foram destinados R\$ 43,8 milhões para o custeio de despesas relativas ao cumprimento de condicionantes e projetos destinados a melhoria do meio ambiente.

Já os indicadores referentes a quantidade de processos ambientais movidos contra a entidade (ma 06); o valor de multas e indenizações determinadas administrativa e/ou judicialmente (ma 07); e informações sobre passivos e contingências ambientais (ma 08), apresentaram um percentual de divulgação muito baixo entre as empresas da amostra, ou seja, 6,67%, 10% e 10%, respectivamente.

Faria e Pereira (2009) constataram que apenas 2 (duas), das 10 (dez) empresas do segmento de papel e celulose evidenciaram a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, e que durante os 3 (três) períodos estudados, apenas 1 (um) havia recebido multas ambientais.

Ao tratar dos passivos e contingências ambientais, Rover e Borba (2006) consideram que embora as empresas estejam conscientes de que suas atividades geram consequências ao meio ambiente, elas não estão quantificando seus passivos ambientais.

Carneiro, de Luca e Oliveira (2008) observaram em sua pesquisa a ausência de informações sobre multas ambientais, provisões para demandas judiciais ligadas ao meio ambiente, gastos com indenizações ou compensações a terceiros, despesas ambientais diversas, segregação de contas de ativos e passivos ambientais.

Ao examinar as informações ambientais divulgadas por uma amostra de 80 companhias de capital aberto de diversos setores no período de 1997 a 2005, Calixto (2006) constatou que as informações sobre passivos e contingências

ambientais tiveram pouco destaque nos relatórios. O percentual de divulgação destas informações manteve-se baixo e estável ao longo de todo o período analisado.

Cavalcanti *et al.* (2009) investigaram as empresas do setor de utilidade pública, verificando que 12% das empresas estavam quantificando seus passivos ambientais. O mesmo percentual foi observado em relação a adesão do item referente a divulgação de multas e indenizações relativas à matéria ambiental. Os autores explicam que o fato de 88% das empresas não terem evidenciado esses valores, poderia ser explicado pela ausência de multas ou indenizações a serem pagas, ou então optaram por não fazer menção a este assunto.

Um percentual de divulgação superior foi encontrado na pesquisa de Los (2014), onde o indicador passivos e contingências ambientais foi evidenciado em 21,3% dos relatórios. Quanto ao indicador referente a divulgação de multas e indenizações ambientais, a evidenciação foi de 48% nos relatórios.

É possível que a baixa adesão ao cumprimento dos itens ma 06, ma07 e ma 08, possa ser justificada em alguns casos pela inexistência de processos, multas indenizações, passivos ou contingências ambientais nas empresas.

Ao analisar as empresas que exploram a atividade de mineração, Dias *et al.* (2014) observaram que as menores médias obtidas entre os indicadores ambientais foram em relação aos impactos ambientais negativos, riscos ambientais, informações sobre passivos e contingências ambientais, e a quantidade de processos ambientais. Os autores acreditam que as empresas estão propensas a divulgar informações favoráveis à sua imagem nos relatórios, em detrimento de informações de natureza negativa que possam impactar sua legitimidade perante a sociedade.

Novamente, como já verificado anteriormente nas demais categorias, as empresas classificadas como de médio potencial poluidor apresentaram um maior grau de aderência ao que preceitua a NBC T 15, observado pela frequência da evidenciação dos indicadores da categoria Meio Ambiente.

Distribuição Quantitativa das sentenças divulgadas pelas empresas na categoria Meio Ambiente

O total de sentenças em conformidade ao que determina a NBC T15 sobre a categoria Meio Ambiente resultou em 815 registros nos relatórios divulgados pelas empresas de alto, médio e pequeno potencial de impactar o meio ambiente, conforme mostram os dados da Figura 6.

Figura 6: Distribuição quantitativa das sentenças na categoria Meio Ambiente

Meio Ambiente									
	Alto		Médio		Pequeno		Total		
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	
ma01	59	7,2%	98	12,0%	15	1,8%	172	21,1%	21,1%
ma02	86	10,6%	90	11,0%	36	4,4%	212	26,0%	26,0%
ma03	21	2,6%	18	2,2%	8	1,0%	47	5,8%	5,8%
ma04	30	3,7%	26	3,2%	2	0,2%	58	7,1%	7,1%
ma04b	16	2,0%	37	4,5%	4	0,5%	57	7,0%	7,0%
ma05	94	11,5%	118	14,5%	24	2,9%	236	29,0%	29,0%
ma06	7	0,9%	2	0,2%	0	0,0%	9	1,1%	1,1%
ma07	9	1,1%	6	0,7%	0	0,0%	15	1,8%	1,8%
ma08	5	0,6%	3	0,4%	1	0,1%	9	1,1%	1,1%
Total	327	40,1%	398	48,8%	90	11,0%	815		100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa.

A subcategoria com um maior número de sentenças evidenciadas foi a que se refere a outros projetos ambientais (ma 5), com 236 sentenças divulgadas, representando 28,95% do total de sentenças divulgadas. Destas, 118 foram divulgadas pelas empresas consideradas de médio potencial de impacto ambiental, 94 pelas empresas de alto impacto poluidor e 24 pelas empresas de pequeno impacto ambiental.

Também foram representativas as evidenciações de informações sobre investimentos e gastos com a preservação e recuperação de ambientes degradados (ma02) e investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente (ma01), com representatividade de 26,0% e 21,1%, respectivamente, do total de sentenças divulgadas.

Com um baixo percentual de divulgações efetuadas, tanto por empresas de alto, como de médio e pequeno impacto ambiental, aparecem o valor das multas e indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ ou judicialmente (ma07), que representou apenas 1,8% das evidenciações, a quantidade de processos ambientais movidos contra a entidade, e passivos e contingências ambientais (ma06 e ma08), ambos com representatividade de 1,10% do total das sentenças divulgadas.

As empresas de médio potencial poluidor evidenciaram 398 sentenças em seus relatórios, representando 48,8% do total. As empresas pertencentes ao grupo das consideradas de alto potencial de impactar o ambiente evidenciaram 327 sentenças, correspondente a 40,1% do total de sentenças evidenciadas, enquanto as empresas com pequeno potencial de impacto ambiental divulgaram apenas 90 sentenças na categoria Meio Ambiente, o que representa 11,0% do total das evidenciações praticadas no período.

Os tipos de informações apresentadas nos relatórios das empresas são apresentados na Tabela 3.

Erro! Vínculo não válido.

Tabela 3: Frequência dos tipos de evidenciação da categoria Meio Ambiente por fator de Impacto **Erro! Vínculo não válido.** Fonte: Dados da Pesquisa.

Como já observado nas demais categorias, nos relatórios das empresas estudadas a divulgação foi em sua maior parte do tipo declarativa (64%), seguida de quantitativa não-monetária (20%). As sentenças de tipo monetárias representaram 12% nas evidenciações e as quantitativas não monetárias e monetárias apenas 5%.

Braga, Oliveira e Salotti (2010) ao estudar a evidenciação ambiental, encontraram 2.607 sentenças na análise de conteúdo das demonstrações contábeis das 108 empresas da amostra. Destas, 61,60% eram do tipo declarativa, enquanto que as quantitativas monetária e não monetária representavam 16,03% e 22,36% respectivamente.

Já em relação a evidenciação de custos e investimentos ambientais, Borba e Rover (2009) contataram que o tipo de evidenciação quantitativa monetária foi o mais utilizado pelas empresas pertencentes ao Índice de Sustentabilidade

Empresarial (ISE), apresentando um percentual de 54,05%. Na sequência aparecem as informações do tipo declarativas, com um percentual de 28,83%.

4.5 RESUMO DA ADERÊNCIA AOS INDICADORES DA NBC T 15 APRESENTADO PELAS EMPRESAS DA AMOSTRA

Levando em conta o total de evidências encontradas para cada grupo de indicadores, na tabela a seguir se apresenta um resumo geral da aderência das empresas da amostra ao que preceitua a NBC T 15.

Tabela 4 - Resumo Geral da Aderência aos Indicadores da NBC T 15 **Erro! Vínculo não válido.** Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se que a categoria com maior quantidade de indicadores evidenciados foi Recursos Humanos, com um percentual de aderência de 41,54%, seguido do grupo de indicadores da categoria Meio Ambiente, divulgado em 40,62% dos relatórios e, por fim, o grupo de indicadores da categoria Ambiente Externo, evidenciados em 39,86% dos relatórios. Devido a isso, o percentual geral de aderência aos indicadores da NBC T 15 pelas empresas da amostra se situou em 40,67%, o que está longe de ser um nível desejável de evidenciação dessas informações, especialmente considerando se tratar de uma norma emanada do Conselho Federal de Contabilidade, e do atendimento aos preceitos de transparência na divulgação de informações aos *stakeholders*.

Cabe considerar que o percentual de divulgação foi influenciado pela baixa divulgação praticada por empresas enquadradas como de pequeno impacto poluidor nas três categorias em questão. Um ponto a ser levado em conta, é que a maioria dessas empresas não divulgou Relatório de Sustentabilidade, e nem todas as empresas divulgaram informações de natureza ambiental e social no Relatório da Administração, ou quando o fizeram foi de forma bastante restrita.

Diante dos resultados obtidos, considera-se que somente a hipótese 3 pode ser assumida como verdadeira, ou seja, de que as empresas de baixo potencial de poluição divulgam um menor número de informações socioambientais, se

comparadas com as companhias consideradas de médio e de alto potencial poluidor.

Por outro lado, a hipótese 1 de que as empresas consideradas de alto potencial de poluição tendem a divulgar um maior número de informações socioambientais se comparadas com as empresas de médio e baixo potencial de poluição, não se mostrou completamente verdadeira, pois as empresas de alto impacto apresentaram um percentual maior de adequação à NBC T 15 se comparadas às empresas de pequeno potencial poluidor, porém uma menor adequação se comparadas com as empresas do grupo de médio potencial poluidor.

Conseqüentemente, a hipótese 2 de que as empresas consideradas de médio potencial de poluição divulgam um menor número de informações socioambientais se comparadas com as empresas de alto potencial de poluição, e um maior número de informações em relação às de baixo potencial de poluição, também não pode ser considerada integralmente aceita, uma vez que as empresas de médio impacto ambiental divulgaram mais informações do que as empresas de alto potencial poluidor.

Nesse cenário, nota-se que embora as empresas com maior potencial poluidor estão mais sujeitas a interferir negativamente no meio ambiente, elas divulgaram informações de natureza socioambiental que pode ser considerada aquém do esperado.

De qualquer forma, há de se considerar que as informações evidenciadas foram obtidas em relatórios de sustentabilidade e da administração, sendo o primeiro utilizado por quase a totalidade das empresas de médio potencial poluidor.

Cho e Patten (2007) consideram a evidenciação socioambiental uma ferramenta por meio da qual as empresas são capazes de obter legitimidade. Portanto, era de se supor que empresas com potencial maior em poluir o meio ambiente divulgariam mais informações, refletindo sua preocupação em serem percebidas como responsáveis e comprometidas com o ambiente e com a sociedade onde atuam, o que não se confirmou nesse estudo considerando a amostra examinada.

Também é importante considerar que as empresas de médio impacto poluidor foram as que mais evidenciaram informações nas três categorias, uma provável justificativa é que a amostra do grupo é composta por empresas do setor elétrico, setor altamente regulamentado, o que resulta em maior nível de exigência com a

transparência pelo órgão regulador, e pelo fato de 95% delas terem publicado o Relatório de Sustentabilidade.

Para o setor elétrico existe uma regulamentação específica, ANEEL 444/01, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), pela qual foi instituído o Manual de Contabilidade para o Setor Elétrico que deve ser observado pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica, com o intuito de que sejam apresentadas informações econômico-financeiras, como informações acerca da responsabilidade social. Ademais, de acordo com essa legislação as empresas são estimuladas a divulgar, entre outras demonstrações, a Demonstração do Valor Adicionado e o Balanço Social. (MURCIA; SANTOS, 2009).

Além disso, através do Despacho ANEEL nº 3.034/06 foi instituído um manual de elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental. Nesse cenário parece normal que empresas do setor elétrico apresentem maior volume de *disclosure* socioambiental, se comparadas com empresas de outros setores.

Por exemplo, a companhia Coelba do setor de energia elétrica divulgou 100% dos indicadores nas categorias Recursos Humanos e Meio Ambiente, conforme pode ser observado no Apêndice D.

Machado *et al.* (2010) afirmam que cada setor apresenta características diferenciadas e, conseqüentemente, exigências diferenciadas no que se refere à sua postura diante da sociedade. Murcia e Santos (2009) investigaram os fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas brasileiras, e os resultados encontrados indicaram que a regulação setorial, especialmente no setor elétrico, influencia positivamente o nível de *disclosure* praticado por essas companhias.

4.6 RESUMO DO TIPO DE EVIDENCIAÇÃO PRATICADA PELAS EMPRESAS

Das 60 empresas que integram a amostra, nove (15%) não divulgaram qualquer tipo de informação nos relatórios examinados. Os tipos de divulgações praticadas pelas empresas, a partir do número de sentenças divulgadas, podem ser observados na Tabela 5.

Tabela 5: Frequência dos tipos de evidenciação praticado pelas empresas **Erro! Vínculo não válido.** Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota-se que a maior parte das informações divulgadas em consonância ao que estabelece a NBC T 15 são do tipo declarativa, com um percentual de 64%, seguidas de quantitativa não monetária com 25%. Apenas 9% das sentenças enquadraram-se no tipo monetária e 2% quantitativa não-monetária e monetária. De alguma forma pode se dizer, com base nesses percentuais, que a transparência na divulgação de informações de natureza socioambiental fica comprometida.

Gallon e Beuren (2006), considerando o conteúdo da evidenciação dos itens obrigatórios ou recomendados no Relatório da Administração de empresas do novo mercado da BM&FBovespa, também constataram que o tipo de evidenciação declarativa foi o mais utilizado (50,69%), seguido pelo tipo quantitativa não-monetária (27,12%) e pelo tipo quantitativa-monetária (11,66%). Apenas 10,53% da evidenciação foi do tipo quantitativa monetária e não-monetária.

Quanto aos itens não obrigatórios e nem recomendados, as autoras verificaram também o predomínio de evidenciação de tipo declarativa (tipo 1) com 76,1% de frequência, seguida do tipo quantitativa não monetária (tipo 2) que representou 19,5%. Já o somatório da evidenciação de tipo quantitativa-monetária (tipo 3) e quantitativa monetária e não-monetária (tipo 4) representava menos de 5% da evidenciação.

Os resultados encontrados por Giacomini (2016) apontam que 72,63% das informações que constavam nos documentos analisados eram de natureza declarativa; 21,45% quantitativa não-monetária; 4,45% quantitativa monetária e apenas 1,44% era do tipo quantitativa monetária e não monetária.

Na pesquisa conduzida por Faria e Pereira (2009) os autores constataram que as informações são evidenciadas de forma bastante genérica e qualitativa, carecendo de dados quantitativos que comprovem ou refutem as afirmações apresentadas nos documentos ou *websites* das empresas.

No Relatório de Sustentabilidade da empresa Paranapanema tem-se, por exemplo, uma informação do tipo declarativa relacionada com a categoria Recursos Humanos, como segue:

Buscando contribuir desde cedo para a formação de seus profissionais, a Paranapanema participa do Menor Aprendiz, programa de aprendizagem voltado para a preparação e a inserção de jovens no mercado de trabalho. O projeto proporciona formação técnico-profissional adequada ao desenvolvimento e procura transmitir aos iniciantes valores como relação de trabalho baseada em confiança, respeito mútuo, dedicação de todos para enfrentar e vencer desafios e muitos outros. (PARANAPANEMA, 2015).

Também no mesmo relatório há a evidenciação correspondente a categoria Meio Ambiente, em que a empresa cita que “a reutilização da água do processo produtivo na unidade de Utinga (SP) atinge 94% de toda a necessidade do processo fabril. Em 2015 foram recuperados 867.340.000 litros, volume proporcional ao total de 324 piscinas olímpicas”. (PARANAPANEMA, 2015), caracterizando-se como uma evidenciação de tipo quantitativa não monetária.

Já uma evidenciação monetária relacionada com a categoria Recursos Humanos consta no relatório da empresa Even (2015), ao divulgar que o salário mais baixo pago aos homens foi de R\$ 1.112,00 e para as mulheres o valor foi de R\$ 1.173,05.

No Relatório de Sustentabilidade da Braskem tem-se um exemplo de declaração de tipo monetária e não monetária, quando é informado que

os investimentos de R\$ 1,2 milhão na melhoria de torres de resfriamento, medição, purgadores e eliminação de perdas físicas no período de 2013 a 2015 propiciaram a redução de 23% na vazão média de captação de água do rio dos Remédios, 19% de melhoria do índice de consumo de água e 14% de redução do índice de geração de efluentes líquidos, totalizando um ganho estimado da ordem de R\$ 700.000/ano. (BRASKEM, 2015).

Em suma, observou-se que as divulgações de tipo declarativas predominaram nos relatórios das empresas de alto (65%), médio (62%) e pequeno (70%) potencial de impactar o meio ambiente, com 3.768 sentenças de um total de 5.918 sentenças de caráter socioambiental publicadas.

4.7 MAPAS FATORIAIS DA EVIDENCIAÇÃO

A seguir são apresentados os mapas fatoriais elaborados com base no percentual de evidenciação praticado pelas empresas da amostra, considerando o fator de impacto e o setor de atividade.

4.7.1 Mapa Fatorial da Categoria Recursos Humanos por Fator de Impacto

O mapa fatorial foi elaborado a partir da evidenciação de sentenças relacionadas com a categoria Recursos Humanos e suas respectivas subcategorias, como se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3: Mapa Fatorial da Categoria Recursos Humanos



Fonte: Dados da Pesquisa.

A visualização do mapa fatorial referente a evidenciação da categoria Recursos Humanos mostra uma densidade elevada de variáveis na região central. Percebe-se que as subcategorias referentes a gastos com saúde (rh 07); gastos com segurança e medicina do trabalho (rh 08); gastos com capacitação e desenvolvimento profissional (rh 11), e o grupo das empresas de médio potencial poluidor apresentam um maior número de sentenças evidenciadas.

As empresas de médio impacto poluidor estão diretamente relacionadas à subcategoria que trata dos funcionários portadores de deficiência (rh 18), onde evidenciaram 47 sentenças, enquanto que as empresas altamente poluidoras divulgaram 11 e as empresas de pequeno impacto somente 2 sentenças.

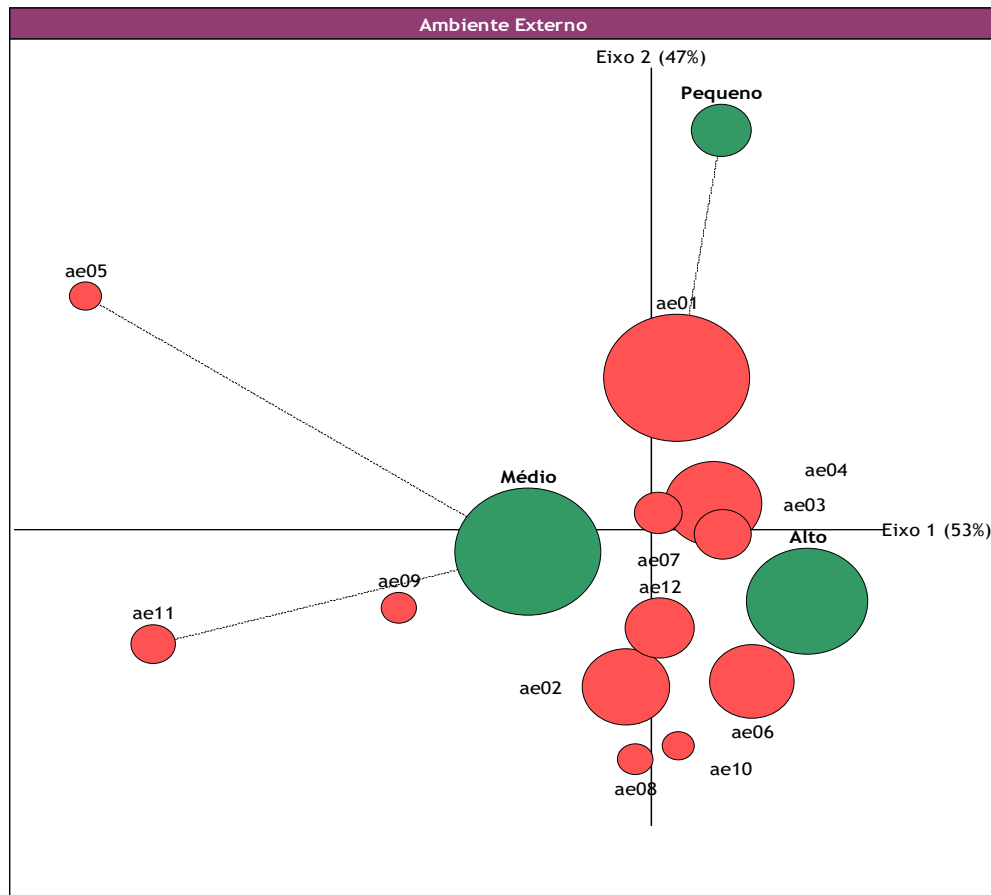
Além desta subcategoria, as empresas de médio impacto estão fortemente ligadas com o indicador rh 27, referente a multas e indenizações pagas por determinação da justiça, pois evidenciaram 22 sentenças, ao mesmo tempo em que empresas de alto e pequeno potencial poluidor não evidenciaram qualquer informação neste sentido.

As empresas classificadas como de pequeno impacto deram maior atenção à divulgação de informações relacionadas com as subcategorias de gastos com saúde (rh 07); divulgação do total de empregados por sexo (rh 20); do total de empregados no final do exercício (rh 17); e da evidenciação entre a maior e menor remuneração da entidade (rh 02), com 68, 46, 28 e 20 sentenças divulgadas, respectivamente.

4.7.2 Mapa Fatorial da Categoria Ambiente Externo por Fator de Impacto

O mapa fatorial foi gerado a partir da evidenciação de sentenças relacionadas com a categoria Ambiente Externo e suas respectivas subcategorias, conforme se visualiza no Gráfico 4.

Gráfico 4: Mapa Fatorial da Categoria Ambiente Externo



Fonte: Dados da Pesquisa.

Na região central do mapa visualiza-se uma densidade alta de variáveis. Na cor verde destacam-se as empresas de médio e de alto impacto poluidor, com um grande número de sentenças evidenciadas, especialmente nas subcategorias que tratam de investimentos em educação (ae 01), investimentos em saúde e saneamento (ae 03), investimentos em cultura (ae 02) e sobre reclamações recebidas na entidade (ae 06).

A evidenciação do indicador que diz respeito às ações empreendidas pela entidade afim de sanar ou minimizar as causas de reclamações por parte dos consumidores (ae 11) está bastante relacionada às empresas de médio potencial poluidor, que com 43 sentenças divulgadas no período foram as que mais divulgaram ações realizadas nesse sentido. O mesmo ocorreu com o indicador que trata de gastos com alimentação (ae 05), no qual as empresas de médio impacto evidenciaram 24 sentenças.

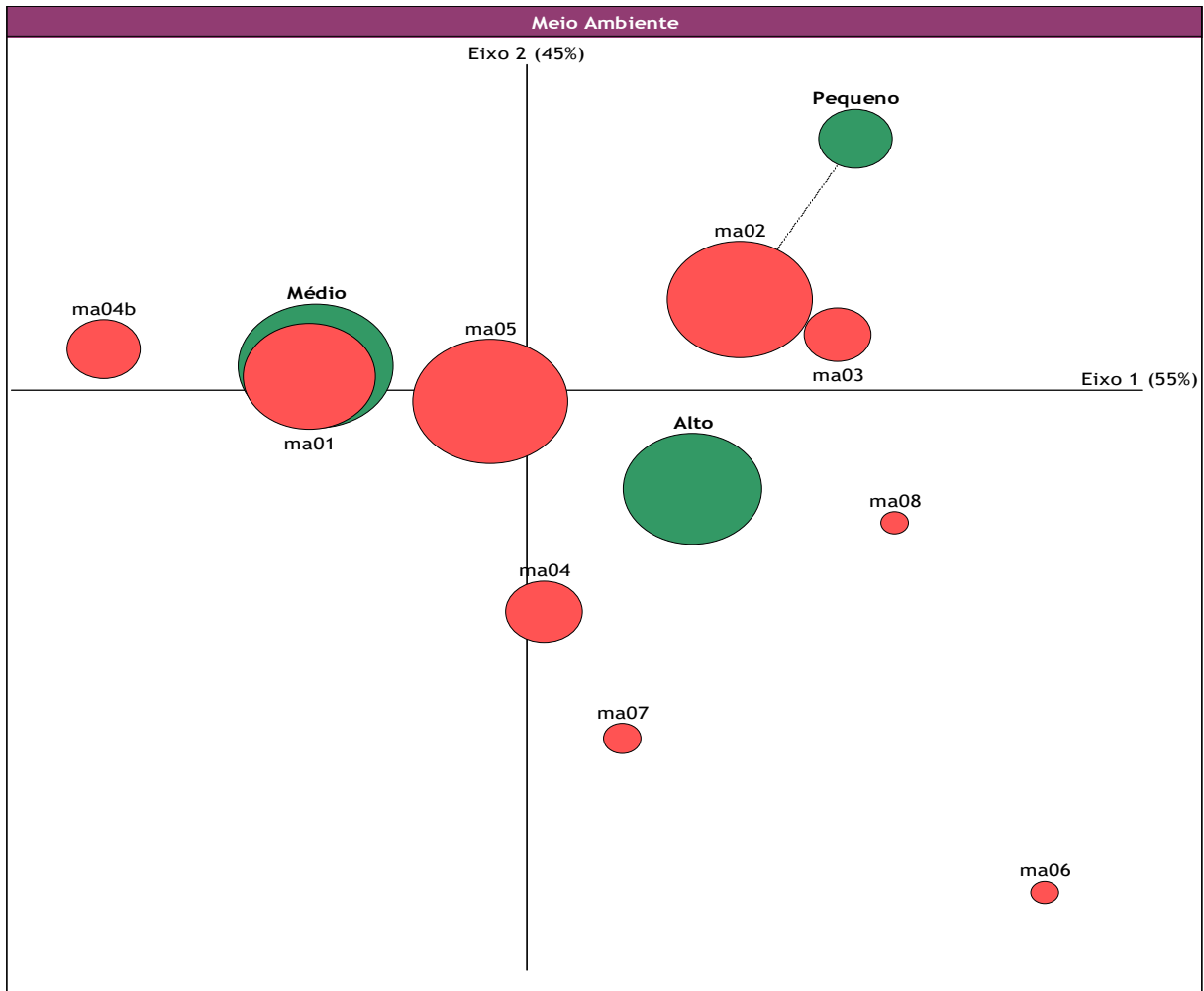
Já as empresas de pequeno potencial poluidor se encontravam mais relacionadas ao indicador referente aos investimentos em educação (ae 01), pois foi

a subcategoria onde mais evidenciaram sentenças, no total 77, que representa 48,42% das divulgações efetuadas por essas empresas na categoria.

4.7.3 Mapa Fatorial da Categoria Meio Ambiente por Fator de Impacto

O mapa fatorial foi desenvolvido a partir da evidenciação de sentenças relacionadas a categoria Ambiente Externo e suas respectivas subcategorias, conforme mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5: Mapa Fatorial da Categoria Meio Ambiente



Fonte: Dados da Pesquisa.

A subcategoria que se refere a investimentos e gastos com outros projetos ambientais (ma 05) está localizada bem na região central do mapa, com um grande número de sentenças evidenciadas, no total 236, bem próxima ao grupo das empresas de médio impacto, que evidenciaram 118 sentenças dessa subcategoria.

As empresas de médio impacto poluidor também estão bem ligadas a subcategoria referente a investimentos em educação (ma 04), com 98 sentenças evidenciadas. Nessa subcategoria, as empresas com maior impacto poluidor divulgaram 59 sentenças, e as empresas de pequeno impacto poluidor divulgaram somente 15 sentenças relacionadas ao assunto.

O indicador que faz referência a investimentos e gastos com a preservação ou recuperação de ambientes degradados (ma 02) apresenta uma estreita relação com empresas de pequeno impacto ambiental, pois foi a subcategoria em que estas

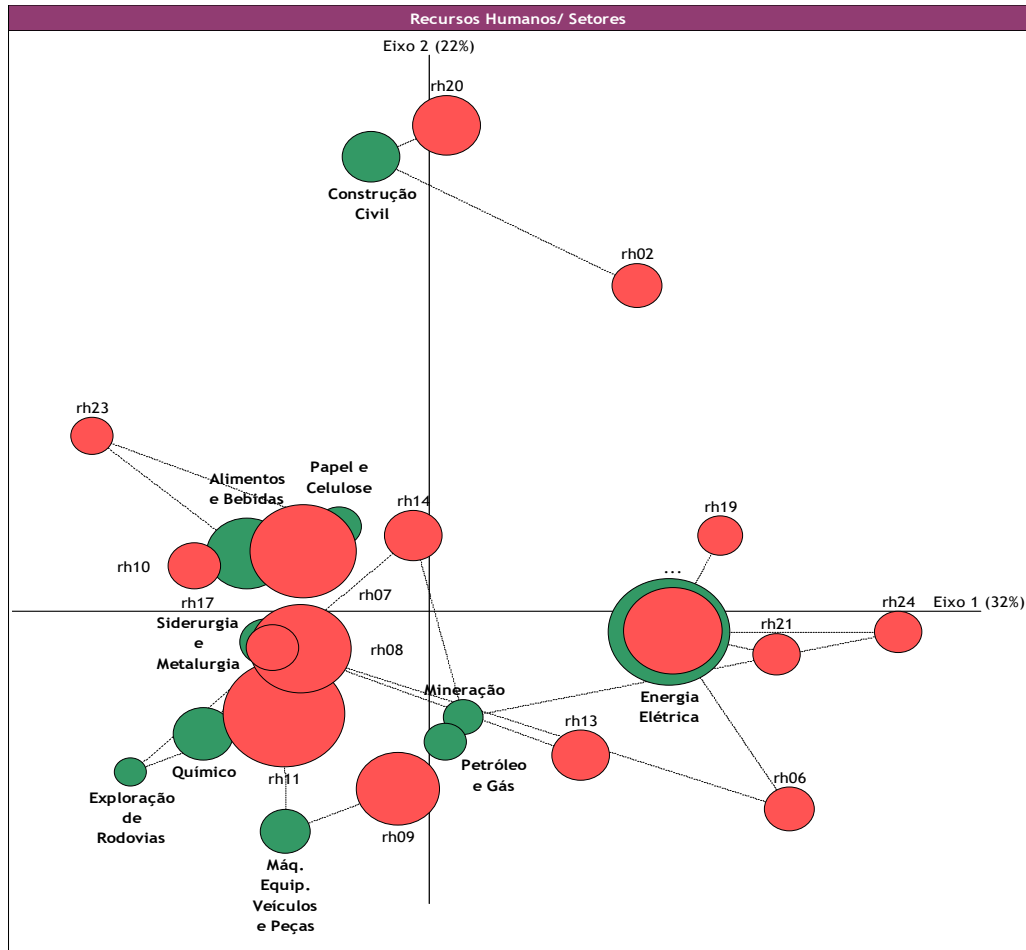
empresas evidenciaram a maior quantidade de sentenças, no total foram 36, o que representa 40% das sentenças por elas evidenciadas.

Percebe-se que as subcategorias com maior quantidade de sentenças evidenciadas foram a ma 05 com 236 sentenças evidenciadas; seguida pela ma 02 com 212 sentenças; e a ma 01 com 172 sentenças evidenciadas. O grupo das empresas de médio impacto poluidor foi o que mais divulgou sentenças na categoria, 398 no total; seguido pelas empresas com maior potencial poluidor com 327 sentenças divulgadas. As empresas de pequeno potencial poluidor divulgaram apenas 90 sentenças na categoria.

4.7.4 Mapa Fatorial da Categoria Recursos Humanos por Setores

O mapa fatorial foi estruturado a partir da evidenciação de sentenças relacionadas com a categoria Recursos Humanos e suas respectivas subcategorias por parte das empresas, segregadas por setores, conforme se visualiza no Gráfico 6.

Gráfico 6: Mapa Fatorial da Categoria Recursos Humanos por setores



Fonte: Dados da Pesquisa.

A região central do mapa fatorial concentra um grande número de variáveis, podendo-se identificar que o setor com maior volume de evidenciação foi o de energia elétrica com 1.250 sentenças evidenciadas no período.

Outros setores que divulgaram um grande número de sentenças foram os de alimentos e bebidas com 567 sentenças, e o setor químico com 331 sentenças evidenciadas.

As subcategorias com maior número de sentenças divulgadas foram as que se referiam aos investimentos em capacitação e desenvolvimento profissional (rh 11) com 599 sentenças evidenciadas; seguidas pela subcategoria referente aos gastos com a saúde dos funcionários (rh 07) com 473 sentenças evidenciadas; e a subcategoria que diz respeito aos gastos com segurança e medicina do trabalho (rh 08) com 425 sentenças evidenciadas.

4.7.5 Mapa Fatorial da Categoria Ambiente Externo por Setores

O mapa fatorial foi elaborado com base na evidenciação pelas empresas da amostra de sentenças relacionadas com a categoria Ambiente Externo e suas respectivas subcategorias, segregadas por setores conforme pode se visualizar no Gráfico 7.

Gráfico 7: Mapa Fatorial da Categoria Ambiente Externo por Setores



Fonte: Dados da Pesquisa.

Identifica-se o setor de energia elétrica, situado na região central do mapa, como o que mais divulgou sentenças no período, com 558 sentenças divulgadas. Destacaram-se, especialmente, as subcategorias referentes a investimentos em educação (ae 01) com 165 sentenças evidenciadas e investimentos em cultura (ae

02) com 80 sentenças. Além disso, o setor está diretamente relacionado aos subgrupos que tratam das reclamações recebidas em cada instância arrolada (ae 09) e das ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações recebidas (ae 11), pois foi o que mais efetuou evidências nesse sentido.

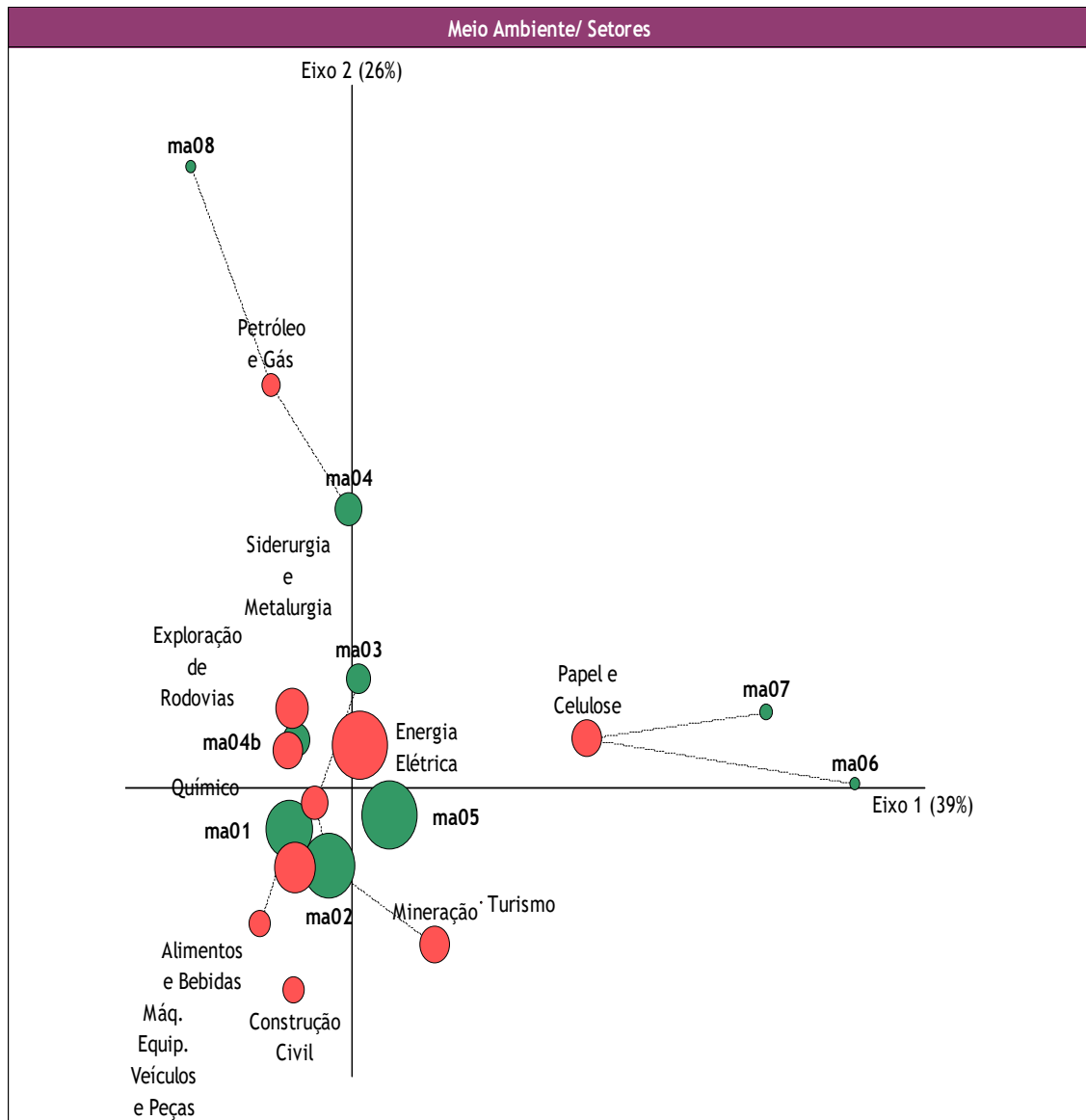
Destaca-se, ainda, o setor de alimentos e bebidas que divulgou um total de 214 sentenças, com destaque para o indicador que diz respeito a investimentos com educação (ae 01) com uma evidência de 64 sentenças; e o setor de siderurgia e metalurgia com 217 sentenças evidenciadas.

As empresas de turismo e materiais diversos não divulgaram qualquer sentença na categoria Ambiente Externo no período analisado.

4.7.6 Mapa Fatorial da Categoria Meio Ambiente por Setores

O mapa fatorial foi desenvolvido com base na evidência pelas empresas da amostra de sentenças relacionadas com a categoria Meio Ambiente e suas respectivas subcategorias, segregadas por setores conforme mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8: Mapa Fatorial da Categoria Meio Ambiente por Setores



Fonte: Dados da Pesquisa.

O setor de energia elétrica foi o que divulgou o maior número de sentenças, com a evidenciação de 234 sentenças.

As empresas pertencentes ao grupo de alimentos e bebidas divulgaram uma quantidade de 129 sentenças, distribuídas principalmente nos subgrupos referentes a investimentos e gastos com a preservação ou recuperação de ambientes degradados (ma 02) com 38 sentenças; investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente (ma 01) com 36 sentenças; e investimentos e gastos com a educação ambiental (ma 03) com 32 sentenças evidenciadas.

O setor químico aparece com 81 sentenças evidenciadas, seguido pelo setor de papel e celulose que evidenciou no total 77 sentenças, observando-se uma ligação mais forte com as subcategorias referentes a divulgação de multas e indenizações relativas à matéria ambiental (ma 07) e sobre a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade (ma 06), pois foi o setor de atividade que mais efetuou divulgações nesse âmbito.

O setor de siderurgia e metalurgia divulgou 71 sentenças no total, logo após aparece o setor de mineração com 69 sentenças evidenciadas. As empresas de exploração de rodovias divulgaram 55 sentenças, as pertencentes ao grupo de máquinas, equipamentos, veículos e peças divulgaram 35, e as do ramo de construção civil 34 sentenças.

As empresas pertencentes ao grupo de petróleo e gás evidenciaram 29 sentenças ao todo e, por fim, somente uma empresa do ramo de turismo divulgou 1 sentença, enquanto que as que integram o grupo de materiais diversos não divulgaram sentença na categoria em questão.

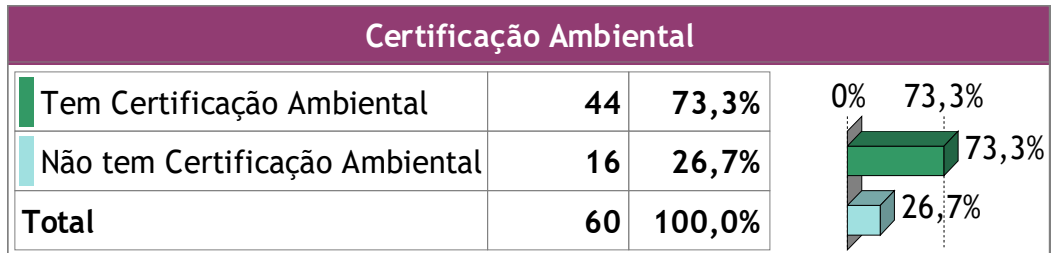
4.8 CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL

As demandas dos clientes e da sociedade com os cuidados em relação ao meio ambiente têm feito com que as empresas direcionem mais esforços de modo a ajustar seus processos afim de reduzir o impacto ambiental por elas provocado. (AVILA; PAIVA, 2006). No entendimento de Costa e Marion (2007) a necessidade de regulamentação das questões ambientais contribuiu para a criação das certificações da International Organization for Standardization (ISO), como a ISO 14001 relacionada com o meio ambiente, onde a postura de policiamento das atividades relacionadas ao meio ambiente foi substituída pela premiação das empresas que apresentam maior nível de comprometimento ambiental.

Nesse sentido, seria lícito esperar que empresas que possuem algum tipo de certificação ambiental evidenciarão mais informações de natureza socioambiental em comparação às demais.

Das 60 empresas da amostra, 44 (73,3%) declararam possuir algum tipo de certificação ambiental, enquanto que dezesseis (26,7%) não fizeram qualquer menção ao assunto, conforme ilustra a Figura 7 a seguir.

Figura 7: Número de Empresas que possuem Certificação Ambiental



Fonte: Dados da Pesquisa.

O número de sentenças relacionadas com a categoria Recursos Humanos divulgado pelas empresas que possuem certificação ambiental e pelas que não possuem pode ser observado na Figura 8.

Figura 8: Sentenças na categoria Recursos Humanos divulgadas por empresas certificadas e não certificadas

Certificação Ambiental							
	Não tem Certificação Ambiental		Tem Certificação Ambiental		Total		
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	
rh01	0	0,0%	3	100,0%	3	100,0%	100%
rh02	2	1,9%	104	98,1%	106	100,0%	98,1%
rh03	0	0,0%	32	100,0%	32	100,0%	100%
rh04	4	5,6%	68	94,4%	72	100,0%	94,4%
rh05	1	2,7%	36	97,3%	37	100,0%	97,3%
rh06	2	2,0%	99	98,0%	101	100,0%	98,0%
rh07	8	1,7%	465	98,3%	473	100,0%	98,3%
rh08	7	1,6%	418	98,4%	425	100,0%	98,4%
rh09	7	2,4%	280	97,6%	287	100,0%	97,6%
rh10	16	13,6%	102	86,4%	118	100,0%	86,4%
rh11	20	3,3%	579	96,7%	599	100,0%	96,7%
rh12	1	3,0%	32	97,0%	33	100,0%	97,0%
rh13	1	0,7%	134	99,3%	135	100,0%	99,3%
rh14	11	7,5%	135	92,5%	146	100,0%	92,5%
rh15	1	1,9%	52	98,1%	53	100,0%	98,1%
rh16	3	4,9%	58	95,1%	61	100,0%	95,1%
rh17	7	5,8%	114	94,2%	121	100,0%	94,2%
rh18	0	0,0%	60	100,0%	60	100,0%	100%
rh19	5	5,7%	83	94,3%	88	100,0%	94,3%
rh20	8	4,3%	179	95,7%	187	100,0%	95,7%
rh21	2	2,0%	98	98,0%	100	100,0%	98%
rh22	0	0,0%	18	100,0%	18	100,0%	100%
rh23	4	5,3%	72	94,7%	76	100,0%	94,7%
rh24	1	1,1%	91	98,9%	92	100,0%	98,9%
rh25	0	0,0%	8	100,0%	8	100,0%	100%
rh26	0	0,0%	4	100,0%	4	100,0%	100%
rh27	1	4,5%	21	95,5%	22	100,0%	95,5%
Total	112	3,2%	3 345	96,8%	3 457		96,8%

Fonte: Dados da Pesquisa.

As empresas que não possuem certificação ambiental divulgaram em seu conjunto 112 sentenças, o que representa uma média de 7 sentenças por empresa. Já as empresas que possuem certificação ambiental divulgaram 3.345 sentenças, ou seja, uma média de 76 sentenças por empresa, portanto, um número onze vezes superior.

As subcategorias com maior interesse de divulgação por parte das empresas se referia aos gastos com capacitação e desenvolvimento profissional (rh 11); gastos com saúde (rh 07) e gastos com segurança e medicina do trabalho (rh 08).

A quantidade de sentenças divulgadas pelas empresas relacionadas com a categoria Ambiente Externo, tanto das que possuem algum tipo de certificação ambiental como das que não possuem, pode ser visualizada na Figura 9.

Figura 9: Sentenças na categoria Ambiente Externo divulgadas por empresas certificadas e não certificadas

Certificação Ambiental								
	Não tem Certificação Ambiental		Tem Certificação Ambiental		Total			
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.		
ae01	11	2,0%	533	98,0%	544	100,0%	98,0%	100,0%
ae02	4	2,0%	197	98,0%	201	100,0%	98,0%	100,0%
ae03	17	6,7%	235	93,3%	252	100,0%	93,3%	100,0%
ae04	2	2,2%	89	97,8%	91	100,0%	97,8%	100,0%
ae05	3	10,0%	27	90,0%	30	100,0%	90%	100,0%
ae06	0	0,0%	189	100,0%	189	100,0%	100%	100,0%
ae07	4	6,8%	55	93,2%	59	100,0%	93,2%	100,0%
ae08	0	0,0%	34	100,0%	34	100,0%	100%	100,0%
ae09	0	0,0%	33	100,0%	33	100,0%	100%	100,0%
ae10	0	0,0%	28	100,0%	28	100,0%	100%	100,0%
ae11	0	0,0%	54	100,0%	54	100,0%	100%	100,0%
ae12	3	2,3%	128	97,7%	131	100,0%	97,7%	100,0%
Total	44	2,7%	1 602	97,3%	1 646		97,3%	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa.

As empresas que não divulgaram possuir qualquer tipo de certificação ambiental evidenciaram um total de 44 sentenças nessa categoria, ou seja, uma média de 2,75 sentenças por empresa. Já as empresas que divulgaram possuir certificação evidenciaram um total de 1.602 sentenças, o que significa uma média de 36,41 sentenças por empresa.

As empresas sem certificação ambiental não divulgaram sentenças nas subcategorias referentes a reclamações recebidas diretamente na entidade; reclamações recebidas por meio da Justiça; reclamações atendidas na Justiça, nos órgãos de defesa ao consumidor e na empresa; montante de multas e indenizações a clientes determinadas por órgãos de proteção e defesa ao consumidor ou pela Justiça; e ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

As empresas certificadas deram ênfase à divulgação de sentenças nas subcategorias relacionadas com educação, exceto de caráter ambiental (ae 01) e saúde e saneamento (ae 03).

A quantidade de sentenças divulgadas na categoria Meio Ambiente por empresas que possuem certificação ambiental e pelas que não possuem está apresentada na Figura 10 a seguir.

Figura 10: Sentenças na categoria Meio Ambiente divulgadas por empresas certificadas e não certificadas

Certificação Ambiental							
	Não tem Certificação Ambiental		Tem Certificação Ambiental		Total		
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	
ma01	5	2,9%	167	97,1%	172	100,0%	97,1%
ma02	4	1,9%	208	98,1%	212	100,0%	98,1%
ma03	2	4,3%	45	95,7%	47	100,0%	95,7%
ma04	0	0,0%	58	100,0%	58	100,0%	100%
ma04b	1	1,8%	56	98,2%	57	100,0%	98,2%
ma05	7	3,0%	229	97,0%	236	100,0%	97,0%
ma06	0	0,0%	9	100,0%	9	100,0%	100%
ma07	0	0,0%	15	100,0%	15	100,0%	100%
ma08	0	0,0%	9	100,0%	9	100,0%	100%
Total	19	2,3%	796	97,7%	815		97,7%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Visualizando-se a Figura 10, é possível ver que as empresas sem certificação ambiental divulgaram apenas 19 sentenças na categoria meio ambiente, o que equivale a uma média de 1,19 sentenças por empresa, ao passo que as empresas que divulgaram possuir algum tipo de certificação evidenciaram no período 796 sentenças, ou seja, uma média de 18,09 sentenças por empresa.

Nota-se que as empresas que não declararam possuir certificação ambiental não divulgaram sentença nas subcategorias relacionadas com investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor de multas e de indenizações relativos à matéria ambiental; e passivos e contingências ambientais.

Em termos gerais, considerando as três categorias, constatou-se que as empresas que não possuem certificação ambiental divulgaram 175 sentenças, correspondente a uma média de 10,94 sentenças por empresa, enquanto que as empresas que declararam ter algum tipo de certificação evidenciaram 5.743

sentenças em seus relatórios, o que representa uma média de 130,52 sentenças por empresa.

Os dados apresentados nas figuras precedentes confirmam a expectativa de que empresas com certificação ambiental tendem a evidenciar mais informações de natureza socioambiental se comparadas às não certificadas. Este resultado confirma os achados de Giacomini (2016), que examinou a associação da certificação ambiental com o nível de divulgação de informações desta natureza, constatando que a certificação afeta positivamente o nível de evidenciação.

Para a autora, a obtenção de uma certificação ambiental a partir de determinada norma indica que a companhia reconhece os parâmetros ambientais a serem observados e, conseqüentemente, conta com o diagnóstico de sua atual situação, comprometendo-se com a melhoria.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo é apresentada a conclusão desta pesquisa e recomendações para futuras pesquisas relacionadas ao tema.

5.1 CONCLUSÃO

O objetivo desse estudo foi analisar o comportamento da evidenciação socioambiental em empresas de pequeno, médio e alto potencial de impactar o meio ambiente, classificadas de acordo com a Lei 10.165/2000 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, considerando-se as categorias expressas na NBC T 15, ou seja, recursos humanos, ambiente externo e meio ambiente, e suas respectivas subcategorias (indicadores).

A amostra foi composta por 60 empresas de diferentes setores que foram divididas em 3 grupos, tendo por critério o potencial de impactar o meio ambiente, sendo 20 classificadas como de pequeno; 20 como de médio e 20 como de alto impacto poluidor.

Os dados foram obtidos nas divulgações realizadas pelas empresas em seus Relatórios de Sustentabilidade, 67% das empresas publicaram este relatório, e nas demais os dados foram obtidos nos Relatórios da Administração, porém nem todas as empresas que publicaram o Relatório da Administração divulgaram informações de caráter ambiental e social nesse documento.

Na categoria Recursos Humanos, considerando a remuneração e benefícios concedidos aos empregados, o indicador que apresentou maior aderência está relacionado aos investimentos com capacitação e desenvolvimento profissional, seguido dos gastos com segurança e medicina do trabalho. Dos indicadores da composição dos recursos humanos o que apresentou maior adequação diz respeito ao total de empregados no final do exercício, seguido da quantidade de empregados por gênero.

O percentual médio de evidenciação na categoria Recursos Humanos foi um pouco superior a 40%, sendo que a aderência apresentada pelo grupo de empresas consideradas de alto impacto poluidor foi ligeiramente superior a este percentual; as empresas de médio impacto ambiental apresentaram uma adequação superior a

este percentual, enquanto nas empresas de pequeno potencial poluidor a aderência foi bastante inferior a essa média.

Na categoria Ambiente Externo os indicadores mais evidenciados foram os relacionados com investimentos em educação; investimentos em cultura; e investimentos em saúde e saneamento. O percentual médio de aderência se situou um pouco abaixo de 40% ao que prescreve a NBC T 15, sendo a aderência apresentada pelas empresas com maior potencial poluidor foi um pouco superior a esta média; o percentual de adequação apresentado pelas empresas com médio potencial poluidor foi bem superior a esta média e o das empresas com pequeno potencial poluidor situou-se bastante abaixo dessa média.

Na categoria Meio Ambiente, o indicador relacionado com outros projetos ambientais foi o que apresentou maior aderência, seguido dos investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, observando-se um percentual médio de aderência nessa categoria às prescrições da NBC T 15 em torno de 40%. Seguindo a tendência observada nas categorias anteriores, constatou-se que as empresas classificadas como de médio impacto poluidor apresentaram um percentual de evidenciação superior à média; as empresas de alto impacto poluidor próximo da média e a evidenciação nas empresas de pequeno impacto poluidor ficou bem abaixo da média.

O percentual geral de evidenciação praticado pelas empresas da amostra de apenas 40,7% dos indicadores presentes na NBC T 15 revela fragilidade no que se refere a transparência na divulgação de informações socioambientais, indicando que há muito a ser melhorado até se chegar a um nível de evidenciação ideal de informações dessa natureza.

Observou-se que a maior parte das informações divulgadas foram do tipo declarativas, ou seja, de caráter qualitativo, seguidas de informações do tipo quantitativa não monetária, e com pequena participação foram encontradas divulgações do tipo monetária e quantitativa não-monetária e monetária.

Os mapas fatoriais elaborados permitiram verificar a relação entre a quantidade de sentenças divulgadas e as subcategorias e, também, com os setores de atuação das empresas, mediante a identificação das relações de dependência desenhadas nos mapas. Na maior parte dos casos percebeu-se que essa relação apresentou ligação com a quantidade de divulgações praticadas.

Outra constatação obtida se refere ao fato de que as empresas do setor de energia elétrica apresentaram a maior frequência de sentenças nas três categorias do estudo. Acredita-se que tal fato se justifique por se tratar de um setor altamente regulado, que possui suas próprias exigências em termos de evidenciação de informações. Destacaram-se, ainda, os setores de alimentos e bebidas e o químico.

Observou-se, também, que a maior parte das empresas da amostra declarou possuir algum tipo de certificação socioambiental, sendo que a média de divulgações efetuadas por empresas que possuem certificação ambiental foi significativamente maior em relação as que não a possuem ou não divulgaram possuir.

Por fim, cabe mencionar que as informações contábeis deverão ser sempre divulgadas na expectativa do melhor atendimento possível às necessidades dos *stakeholders*, e isso deve levar os gestores a divulgarem mais informações, de modo a atingir o objetivo da transparência (PIACENTINI, 2004). Deegan (2004) também argumenta que as informações interessam a todos os *stakeholders* e não apenas aos investidores e acionistas, sendo imprescindíveis ao processo decisório.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Como sugestão para novas pesquisas, recomenda-se a utilização de outras fontes de dados como os *websites* das companhias, onde podem ser encontradas informações de cunho social e ambiental mais completas.

Além disso, sugere-se a expansão da amostra e a inclusão de mais períodos, para que se possa verificar se há uma evolução na evidenciação de informações de caráter socioambiental.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, Z.; SALLET, H; MOHAMMAD, J. Determinants of environmental reporting in Malaysia. **International Journal of Business Studies**, 69-90, 2003.
- AHMED, Kamran; NICHOLLS, Des. The impact of non-financial company characteristics on mandatory compliance in developing countries: The case of Bangladesh. **International Journal of Accounting**. v. 29, p. 60-66, 1994.
- AKERLOF, George. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**. v. 84, p. 488-500, 1970.
- ALBERTINI, Elisabeth. A descriptive analysis of environmental disclosure: a longitudinal study of French companies. **Journal of Business Ethics**, v. 121, n. 2, p. 233-254, 2014.
- ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- AVILA, Gilberto Jesus; PAIVA, Ely Laureano. Processos operacionais e resultados de empresas brasileiras após a certificação ambiental ISO14001. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 475-487, 2006.
- BEUREN, Ilse Maria; BOFF, Marines Lucia; HORN, Juliane Elisabeth; HORN, Marciane Angela. Adequação da Evidenciação Social das Empresas de Capital Aberto no Relatório da Administração e Notas Explicativas às Recomendações da NBC T- 15. **RCO- Revista Contabilidade de Organizações**, São Paulo, v.4, n.8, p. 47-68, jan./abr. 2010.
- BORBA, José Alonso; ROVER, Suliani; MURCIA, Flávia Cruz de Souza . Paradigma Atual da Ciência Contábil: Percepção de Docentes de Universidades Norte-Americanas em Relação a Pesquisa em Contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. v. 3, p. 46-64, 2009.
- BORBA, José Alonso; ROVER, Suliani . Evidenciação Ambiental: Uma Análise das Demonstrações Financeiras Padronizadas e dos Relatórios 20-F no Período de 2002 a 2004. Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 3, 2006, Niterói-RJ. **Anais... Niterói - RJ**.
- BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J.R.S.; SALOTTI, B.M. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. **Anais... IN: 9º. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo. Julho, 2009.
- BRASIL. **Lei nº 10.165**, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L10165.htm>> Acesso em: 12 jul. 2016.

BURGWAL, Dion van de; VIEIRA, Rui José Oliveira. Environmental disclosure determinants in Dutch listed companies. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 64, p. 60-78, 2014.

CALIXTO, L.; Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras. **UnB Contábil**, v. 10, p. 1-16, 2007.

CALIXTO, L.; BARBOSA, R. R.; LIMA, M. B. Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis versus internet. **Revista Contabilidade & Finanças** (Impresso), v. 18, p. 1-20, 2007.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental**. Curitiba: Juruá, 2008.

CAVALCANTI, Gabriella Holanda; ALMEIDA, Karla Katiúscia Nóbrega de; ALMEIDA, Sílvio Romero de; LIMEIRA, Marizelma Patriota. Um estudo sobre o grau de aderência normativa da divulgação de informações contábeis ambientais das empresas brasileiras do setor de utilidade pública. In: **South American Congress on Social and Environmental Accounting Research – CSEAR**, 1st, 2009, Rio de Janeiro – Brasil. Disponível em: <<http://www.facc.ufrj.br/csear2009/15.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 1.003/04- Aprova a NBC T 15**. Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília: CFC, 2004.

CHO, Charles H.; PATTEN, Dennis M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. **Accounting, organizations and society**, v. 32, n. 7, p. 639-647, 2007.

COELHO, F. Q. **Uma análise dos fatores diferenciadores na divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente**. 129 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos sinos, São Leopoldo RS, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 R1: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. **Brasília**, dez, 2011. Disponível em: http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf. Acesso em: 25 set. 2016.

COSTA, R.; MARION, J. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 43, p. 20-33, jan.-abr. 2007.

DA SILVEIRA, Alexandre Di Miceli; YOSHINAGA, Claudia Emiko; BORBA, Paulo da Rocha Ferreira. Crítica à teoria dos *stakeholders* como função-objetivo corporativa. **REGE Revista de Gestão**, v. 12, n. 1, p. 33-42, 2005.

DE ABREU, Mônica Cavalcanti Sá; ALBUQUERQUE, Sâmia Castor; OLIVEIRA, Marcelle Colares. Institutional pressures on disclosure of carbon control issues by oil

and gas companies. **BASE-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 13, n. 1, p. 79-91, 2016.

DEEGAN, Craig. Environmental disclosures and share prices—a discussion about efforts to study this relationship. In: **Accounting Forum**. Elsevier, 2004. p. 87-97.

DEEGAN, C.; GORDON, B. A study of the environmental disclosures practices of Australian corporations. **Accounting and Business Research**, v. 26, n. 3, p. 187-199, 1996.

DEEGAN, C.; RANKIN, M. Do Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosure by firms prosecuted successfully by the environmental protection authority. **Accounting, Auditing e Accountability Journal**, v. 9. p.50-67. 1996.

DIAS, C. P., Lima Filho, R. N., PINHEIRO, F. M. G., SILVA, T. B. D. J., & MOREIRA, R. D. C. Evidenciação De Informações Socioambientais, Teoria Da Legitimidade E Isomorfismo: Um Estudo Com Mineradoras Brasileiras. **GcCont**, v. 1, n. 1, Florianópolis, Jan-Jun. 2014.

DIAMOND, Douglas; VERRECCHIA, Robert. Disclosure, liquidity and the cost of capital. **Journal of Finance**. v. 46, p. 1325-1360, 1991.

DOMINGOS, Rui Manoel Delgado. **A Evolução da Divulgação Voluntária de Informação nas Empresas cotadas da Euronext Lisboa do ano 2006 a 2008**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2010.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence. **Academy of Management Review**; Jan 1995; 20, 1; p. 65-91, 1995.

DYE, Ronald A. An Evaluation of “Essays on Disclosure” and the Disclosure Literature in Accounting. **Journal of Accounting and Economics**, nº 32, p. 181-135, 2001.

FARIA, Ana Cristina de; PEREIRA, Raquel da Silva. *Disclosure* de informações socioambientais pelas maiores empresas do segmento químico e petroquímico no Brasil, a partir da NBC T -15. In: EnANPAD, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009. CD-ROM.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Contabilidade Ambiental: Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável**. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2011.

FREEMAN, Edward; Mc Vea, John. **A Stakerholder approach to strategic management**. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/Papers.cfm?abstract_id=263511. Acesso em: 18 jul. 2016.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; BEUREN, Ilse Maria. Análise do conteúdo da evidenciação nos Relatórios da Administração das empresas participantes dos

níveis de governança da Bovespa. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP 2006.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; ENSSLIN, Sandra Rolim. Evidenciação estratégica dos pilares da sustentabilidade empresarial: investigação no relatório da administração das empresas que compõem o ISE. **Pensar Contábil**, v. 10, n. 41, 2008.

GARCIA DOS REIS, Solange; CINTRA, Yara Consuelo ; RIBEIRO, Maísa De Sousa ; DIBBERN, Bruno Ruvier Santiago . Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, p. 67, 2015.

GIACOMIN, Juciléia. **Variáveis determinantes do nível de divulgação de informações voluntárias ambientais**. 121 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos sinos, São Leopoldo RS, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAY, Rob; BEBBINGTON, Jan. **Accounting for the Environment**. 2 ed. Londres: Sage, 2001.

HACKSTON, David; MILNE, Markus J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 1, p. 77-108, 1996.

HAHN, Aucilene Vasconcelos et al. Um Estudo sobre a relação entre a concentração acionária e o nível de payout das empresas brasileiras negociadas na Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 3, p. 15-48, 2010.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. **Análise multivariada de dados**. Bookman Editora, 2009.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F.. **Teoria da Contabilidade**. 1 ed.10. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 11.ed., São Paulo: Atlas, 2015.

KOTHARI, S.P.; LI, Xu; SHORT, James. *The effect of disclosures by management, analysts, and business press on cost of capital, return volatility, and analyst forecasts: a study using content analysis*. **The Accounting Review**, v.84, p. 1639-1670, 2009.

LINDSTAEDT, Ângela Rozane de Souza; OTT, Ernani. Evidenciação de Informações Ambientais pela Contabilidade: um estudo comparativo entre as normas internacionais (ISAR/ UNCTAD), norte-americanas e brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte- BH, v. 18, n. 4, p. 11- 35, out./dez. 2007.

LOS, Geovana Zimmermann. **Evidenciação socioambiental: um estudo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da**

BM&FBOVESPA. 113 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo RS, 2014.

LYRA, M. G.; GOMES, R. C.; JACOVINE, L. A. O Papel dos *Stakeholders* na Sustentabilidade da Empresa: Contribuições para a Construção de um Modelo de Análise. **Revista de Administração Contemporânea** (Impresso), v. 13, p. 39-52, 2009.

MACHADO JR, Eliseu Vieira. "**Teoria do Stakeholder.**" Piracicaba: UNIMEP, 2011.

MACHADO, Márcia Reis; MACHADO, Márcio André Veras; DOS SANTOS, Ariovaldo. A relação entre setor econômico e investimentos sociais e ambientais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 13, n. 3, 2010.

MACHADO, Daiane Pias; OTT, Ernani. Estratégias de legitimação social empregadas na evidenciação ambiental: um estudo a luz da teoria da legitimidade. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 1, p. 136, 2015.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. **Da economia ecológica ao ecologismo popular.** Blumenau: FURB, 1998.

MEEK, Gary; ROBERTS, Clare; GRAY, Sid. Factors influencing voluntarily annual report disclosure by U.S., U.K., and continental European multinational corporations. **Journal of Business Studies.** v. 26, p. 555-572, 1995.

MORISUE, H. M.; RIBEIRO, M. D.; PENTEADO, I. A. A Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Brasileiras do Setor de Energia Elétrica. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, 23 (1), 163- 194, 2012.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo dos; SALOTTI, Bruno Meirelles; NASCIMENTO, Artur Roberto do. Mapeamento da pesquisa sobre *disclosure* ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997-2007. In: Congresso USP de Contabilidade e Controladoria, 8, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2008.

MURCIA, Fernando Dal Ri. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das empresas brasileiras de capital aberto.** São Paulo. Tese (Doutorado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, A. R. et al. Disclosure Social e Ambiental: análises das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. **Revista Contabilidade Vista & Revista.** Universidade Federal de Minas Gerais, v. 20, n. 1, p. 15-40. 2009.

NASCIMENTO, Artur Roberto do; SANTOS, Ariovaldo ; SALOTTI, Bruno Meirelles; MURCIA, Fernando Dal-Ri . Disclosure Social e Ambiental: Análise das Pesquisas Científicas Veiculadas em Periódicos de Língua Inglesa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, p. 15-40, 2009.

NOBRE, F. C., SOUSA, A. J., PRADO, E. V., NAZARETH, L. G. C., CASTRO, D. S. P. disclosure de responsabilidade social em empresas do setor de biocombustível da BM&FBovespa. **Revista Gestão em Análise**, v. 4, n. 1, p. 9-24, 2016.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de celulose em nível internacional. 2002. 249f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo - USP, 2002.

NUNES, Julyana Goldner et al. Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&FBOVESPA de sustentabilidade empresarial. **BASE–Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 7, n. 4, p. 328-340, 2010.

OLIVEIRA, M.C.; PORTELLA, A. R. ; FERREIRA., D. D. M. ; BORBA, José Alonso . Comunicação de Responsabilidade Socioambiental na Missão, Visão e Valores de Empresas da BM&FBovespa e da Fortune 500. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 19, p. 192-2010, 2016.

PIACENTINI, Neusa. **Evidenciação contábil voluntária**: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras. 132 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos sinos, São Leopoldo RS, 2004.

PLETSCH, C. S.; BRIGHENTI, J.; SILVA, A.; ROSA, F. S.. Perfil da Evidenciação Ambiental das Empresas Listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 25, p. 57-77, 2015.

POMBO, Felipe Ramalho; MAGRINI, Alessandra. Panorama de aplicação da norma ISO 14001 no Brasil. **Gestão & Produção**, v. 15, n. 1, p. 1-10, 2008.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 7-20, 2004.

REZENDE, Idália Antunes Cangussú; NUNES, Julyana Goldner; PORTELA, Simone Salles. Um estudo sobre o desempenho financeiro do Índice BOVESPA de Sustentabilidade Empresarial. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 2, n. 1, p. 93-122, 2009.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROVER, Suliane; ALVES, Jorge Luiz; BORBA, José Alonso. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 3, n. 5, 2006.

ROVER, Suliani. **Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras**: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil. 2009. 99 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ROVER, Suliani. **Disclosure socioambiental e custo de capital próprio de companhias abertas no Brasil**. 2012. 193 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo – USP, 2012.

ROVER, Suliani; MURCIA, Fernando Dal-Ri. Influência do *disclosure* voluntário, econômico e socioambiental no custo de capital próprio de empresas brasileiras. In: Congresso ANPCONT, 4, 2010, Natal. **Anais...Congresso ANPCONT**, 2010.

SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO, Maria Mitiyo. Ensaio sobre a teoria da divulgação. **Brasilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 53-70, 2005.

SAMPAIO, Márcio Santos et al. Evidenciação de Informações Socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.8, n.1, p. 105-122, jan./mar.,2012.

SOUSA, Almir Ferreira; ALMEIDA, Ricardo José de. Planejamento e controle financeiro na perspectiva da teoria dos stakeholders. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 38, n.2, p. 144-152, abr./mai/jun. 2003.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UMPIERRE, M. B.; OTT, E. . Informações Contábeis Voluntárias e as Recomendações de Investimentos. In: XXXIV Encontro da ANPAD, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...**, XXXIV Encontro da ANPAD - CD-ROOM, 2010.

VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, dec. 2001.

VERRECCHIA, Robert. Discretionary disclosure. **Journal of Accounting and Economics**. v. 5, p. 179-194, 1983.

VIEIRA, Marli Terezinha, FARIA, Ana Cristina de. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.3, n. 1, p. 49-69, jan./abr. 2007.

**APÊNDICE A – SETORES, DESCRIÇÃO E POTENCIAL POLUIDOR (LEI Nº.
10.165/2000)**

Setor	Descrição	Potencial Poluidor
Extração e Tratamento de Minerais	Pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento; lavra subterrânea com ou sem beneficiamento, lavra garimpeira, perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural	Alto
Indústria Metalúrgica	Fabricação de aço e de produtos siderúrgicos, produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento; de superfície, inclusive galvanoplastia, metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados, ligas, artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas, produção de soldas e anodos; metalurgia de metais preciosos; metalurgia do pó, inclusive peças moldadas; fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive; galvanoplastia, fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.	Alto
Indústria de Couros e Peles	Secagem e salga de couros e peles, curtimento e outras preparações de couros e peles; fabricação de artefatos diversos de couros e peles; fabricação de cola animal.	Alto
Indústria Química	Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira; fabricação de combustíveis não derivados de petróleo, produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetais e produtos similares, da destilação da madeira, fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos, fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos; fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos; produção de álcool etílico, metanol e similares.	Alto
Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	Transporte de cargas perigosas, transporte por dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos; comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos.	Alto
Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	Beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração; fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares.	Médio
Indústria Mecânica	Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície.	Médio

Indústria de material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	Fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores, fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.	Médio
Indústria de Material de Transporte	Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios; fabricação e montagem de aeronaves; fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.	Médio
Indústria de Madeira	Serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis.	Médio
Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	Beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos; fabricação e acabamento de fios e tecidos; tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos; fabricação de calçados e componentes para calçados.	Médio
Indústria do Fumo	Fabricação de cigarros, charutos, cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo.	Médio
Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas	Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares; matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal; fabricação de conservas; preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados; beneficiamento e industrialização de leite e derivados; fabricação e refinação de açúcar; refino e preparação de óleo e gorduras vegetais; produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação; fabricação de fermentos e leveduras; fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; fabricação de vinhos e vinagre; fabricação de cervejas, chopes e maltes; fabricação de bebidas não-alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação e águas minerais; fabricação de bebidas alcoólicas.	Médio
Serviços de Utilidade	Produção de energia termoeletrica; tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos; disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens; usadas e de serviço de saúde e similares; destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas; dragagem e derrocamentos em corpos d'água; recuperação de áreas contaminadas ou degradadas.	Médio
Uso de Recursos Naturais	Silvicultura; exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas ou geneticamente modificadas; uso da diversidade biológica pela biotecnologia.	Médio
Indústria de Produtos de Matéria Plástica	Fabricação de laminados plásticos, fabricação de artefatos de material plástico.	Pequeno
Indústrias Diversas	Usinas de produção de concreto e de asfalto.	Pequeno
Indústria de Borracha	Beneficiamento de borracha natural, fabricação de câmara de ar, fabricação e acondicionamento de pneumáticos; fabricação de laminados e fios de borracha; fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex.	Pequeno
Turismo	Complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos.	Pequeno

Fonte: Adaptado da Lei nº 10.165/ 2000.

APÊNDICE B- DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS ADOTADAS NA PESQUISA

<p>Recursos Humanos</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos; -relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores; - gastos com encargos sociais; -gastos com alimentação; -gastos com transporte; -gastos com previdência privada; - gastos com saúde; - gastos com segurança e medicina do trabalho; - gastos com educação (excluídos os de educação ambiental); - gastos com cultura; - gastos com capacitação e desenvolvimento profissional; -gastos com creches ou auxílio-creches; -participações nos lucros ou resultados. -total de empregados no final do exercício; - total de admissões; - total de demissões; - total de estagiários no final do exercício; - total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício; - total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício; - total de empregados por sexo; -total de empregados por faixa etária; -total de empregados por nível de escolaridade; -percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo; -número de processos trabalhistas movidos contra a entidade; - número de processos trabalhistas julgados procedentes; - número de processos trabalhistas julgados improcedentes; - valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.
<p>Interação da Entidade com o Ambiente Externo</p>	<p>Total dos investimentos em:</p> <ul style="list-style-type: none"> -educação, exceto a de caráter ambiental; -cultura; -saúde e saneamento; -esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária; - alimentação. <p>Em relação aos clientes:</p> <ul style="list-style-type: none"> -número de reclamações recebidas diretamente na entidade; - número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor; - número de reclamações recebidas por meio da Justiça; - número das reclamações atendidas em cada instância arrolada; - montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça; - ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações. - informações relativas a fornecedores: a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social na

	seleção de seus fornecedores.
Interação com o Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none">- investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;- investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;- investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;- investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;- investimentos e gastos com outros projetos ambientais;- quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;- valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;- passivos e contingências ambientais.

APÊNDICE C - EVIDENCIAÇÃO POR SETORES DE ATIVIDADE POR CATEGORIA

	Alimentos e Bebidas	Construção Civil	Energia Elétrica	Exploração de Rodovias	Máquinas e Equipamentos	Materiais Diversos	Mineração	Papel e Celulose	Petróleo e Gás	Químico	Siderurgia e Metalurgia	Turismo	Total
rh01	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
rh02	7	21	46	0	6	0	4	8	3	4	7	0	106
rh03	1	0	24	0	1	0	1	2	3	0	0	0	32
rh04	19	6	26	0	6	0	1	5	4	3	2	0	72
rh05	10	3	7	0	2	0	4	5	2	4	0	0	37
rh06	4	2	59	0	7	0	1	1	6	8	13	0	101
rh07	95	50	136	18	36	0	23	20	16	36	43	0	473
rh08	73	32	127	16	24	0	14	21	24	57	37	0	425
rh09	39	15	98	10	37	0	17	9	15	28	19	0	287
rh10	46	6	27	0	6	0	4	6	8	10	5	0	118
rh11	90	39	174	30	54	0	22	39	31	80	40	0	599
rh12	1	0	24	0	2	0	0	0	4	2	0	0	33
rh13	21	2	59	1	7	0	7	5	10	6	17	0	135
rh14	22	18	49	10	2	0	11	5	10	16	3	0	146
rh15	19	6	14	1	2	0	0	4	1	6	0	0	53
rh16	14	2	24	1	0	0	2	5	3	6	4	0	61
rh17	15	10	37	1	6	0	2	6	3	28	13	0	121
rh18	4	2	40	0	3	0	4	3	2	0	2	0	60
rh19	5	9	47	4	2	0	5	7	0	8	1	0	88
rh20	32	45	64	1	5	0	1	9	6	10	14	0	187
rh21	13	4	58	1	2	0	2	3	4	7	6	0	100
rh22	0	0	14	1	1	0	2	0	0	0	0	0	18
rh23	26	5	14	1	0	0	2	11	1	8	8	0	76
rh24	8	6	55	1	2	0	8	3	5	4	0	0	92
rh25	2	0	3	0	0	0	0	1	2	0	0	0	8
rh26	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	4
rh27	1	0	19	0	2	0	0	0	0	0	0	0	22
Total	567	283	1250	97	215	0	137	178	164	331	235	0	3 457

	Alimentos e Bebidas	Construção Civil	Energia Elétrica	Exploração de Rodovias	Máquinas e Equipamentos	Materiais Diversos	Mineração	Papel e Celulose	Petróleo e Gás	Químico	Siderurgia e Metalurgia	Turismo	Total
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
ma01	32	10	52	5	14	0	8	9	3	21	18	0	172
ma02	38	14	44	22	8	0	27	14	7	21	17	0	212
ma03	8	1	9	7	1	0	1	7	3	5	5	0	47
ma04	3	0	23	2	0	0	1	6	5	10	8	0	58
ma04b	11	0	22	4	4	0	1	3	2	2	8	0	57
ma05	36	9	74	14	8	0	27	26	6	20	15	1	236
ma06	0	0	2	0	0	0	2	5	0	0	0	0	9
ma07	0	0	6	0	0	0	2	7	0	0	0	0	15
ma08	1	0	2	1	0	0	0	0	3	2	0	0	9
Total	129	34	234	55	35	0	69	77	29	81	71	1	815

	Alimentos e Bebidas	Construção Civil	Energia Elétrica	Exploração de Rodovias	Máquinas e Equipamentos	Materiais Diversos	Mineração	Papel e Celulose	Petróleo e Gás	Químico	Siderurgia e Metalurgia	Turismo	Total
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
ae01	64	40	165	37	45	0	4	24	20	54	91	0	544
ae02	21	4	80	6	11	0	5	12	13	14	35	0	201
ae03	36	3	69	24	20	0	5	8	6	26	55	0	252
ae04	7	3	34	6	4	0	2	5	7	9	14	0	91
ae05	12	2	6	2	6	0	0	0	0	2	0	0	30
ae06	29	11	60	0	4	0	4	4	65	4	8	0	189
ae07	8	2	18	4	5	0	2	2	10	6	2	0	59
ae08	2	1	17	0	0	0	2	5	5	2	0	0	34
ae09	2	2	20	0	0	0	0	2	6	0	1	0	33
ae10	0	0	15	1	0	0	3	9	0	0	0	0	28
ae11	11	2	30	0	2	0	0	2	4	2	1	0	54
ae12	22	7	44	2	4	0	4	11	9	18	10	0	131
Total	214	77	558	82	101	0	31	84	145	137	217	0	1646

APÊNDICE D- ADEQUAÇÃO POR EMPRESA

	Recursos Humanos	Ambiente Externo	Meio Ambiente	Média
AMBEV	40,7%	75,0%	62,5%	59,4%
AMPLA	70,4%	83,3%	50,0%	67,9%
AUTOBAN	18,5%	41,7%	25,0%	28,4%
AZEVEDO	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
BIOSEV	70,4%	75,0%	37,5%	61,0%
BOMBRIL	59,3%	66,7%	62,5%	62,8%
BRASKEM	63,0%	75,0%	87,5%	75,2%
BRF_SA	77,8%	41,7%	37,5%	52,3%
CEG	44,4%	50,0%	50,0%	48,1%
CELULOSE_IRANI	70,4%	33,3%	62,5%	55,4%
CEMIG	81,5%	83,3%	75,0%	79,9%
COELBA	100,0%	50,0%	100,0%	83,3%
COMGAS	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
COPEL	77,8%	66,7%	62,5%	69,0%
DIRECIONAL	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
ECOPISTAS	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
ECORODOVIAS	48,1%	58,3%	87,5%	64,7%
ECOVIAS	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
ELEKEIROZ	63,0%	50,0%	12,5%	41,8%
ELEKTRO	77,8%	91,7%	87,5%	85,6%
ELETROPAULO	14,8%	33,3%	12,5%	20,2%
EMBRAER	81,5%	50,0%	50,0%	60,5%
ENERGISA	96,3%	100,0%	75,0%	90,4%
ENGIE	81,5%	83,3%	100,0%	88,3%
EVEN	70,4%	50,0%	37,5%	52,6%
FER_HERINGER	48,1%	41,7%	12,5%	34,1%
FERBASA	33,3%	33,3%	12,5%	26,4%
FIBRIA	55,6%	83,3%	87,5%	75,5%
FORJA_TAURUS	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
GAFISA	25,9%	0,0%	0,0%	8,6%
GERDAU	22,2%	33,3%	62,5%	39,4%
IOCHPE_MAXION	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
JBS	51,9%	33,3%	62,5%	49,2%
JOAO_FORTES	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
KEPLER_WEBER	33,3%	0,0%	0,0%	11,1%
KLABIN	40,7%	50,0%	62,5%	51,1%
LIGHT	96,3%	100,0%	62,5%	86,3%
M_DIAS_BRANCO	70,4%	75,0%	62,5%	69,3%
MARFRIG	48,1%	50,0%	75,0%	57,7%
MINERVA	51,9%	0,0%	62,5%	38,1%
MRV	44,4%	83,3%	50,0%	59,3%
PARANAPANEMA	40,7%	25,0%	50,0%	38,6%

PETROBRAS	85,2%	83,3%	75,0%	81,2%
RAPOSO_TAVARES	40,7%	8,3%	62,5%	37,2%
RD_TIETE	0,0%	16,7%	0,0%	5,6%
RODOBENSIMOB	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
ROSSI_RESID	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
SANSUY	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
SAUIPE	0,0%	0,0%	12,5%	4,2%
SID_NACIONAL	14,8%	33,3%	25,0%	24,4%
SUZANO	63,0%	41,7%	62,5%	55,7%
TECNISA	51,9%	33,3%	25,0%	36,7%
TRISUL	7,4%	0,0%	0,0%	2,5%
UNIPAR	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
USIMINAS	66,7%	75,0%	75,0%	72,2%
VALE	77,8%	75,0%	100,0%	84,3%
VIAOESTE	18,5%	41,7%	62,5%	40,9%
VIVER	3,7%	0,0%	0,0%	1,2%
WEG	55,6%	50,0%	37,5%	47,7%
WHIRPOOL	37,0%	66,7%	62,5%	55,4%
Nível Médio de Adequação	41,5%	39,9%	40,6%	40,7%